Biodiversidade, sustento e culturas

Número 77, julho de 2013

Foto: Jerónimo Palomares

É longo o braço da monopolização dos alimentos …mas crescem as resistências…

Editorial

A senhora da fotografia produz seus próprios alimentos e com orgulho nos mostra, de sua cozinha, o que acaba de colher. Não vamos identificá-la. Mas não por não sabermos seu nome, e sim porque ela simboliza milhões de pessoas que, de todos os rincões do planeta, produzem alimentos para suas famílias, para suas comunidades e seus vizinhos. Ainda são quem alimenta o mundo, doa a quem doer.

É longo o braço da monopolização dos alimentos, porque o sistema de corporações e agroindústrias quer se apoderar de toda a cadeia alimentar — como já repetimos tantas vezes — dos territórios ao supermercado.

Hoje fazemos um balanço completo de muitos desses assuntos, todos urgentes. As resistências crescem, e a Via Campesina e a Rede por uma América Livre de Transgênicos se consolidam como organizações e espaços, e insistem na criatividade das pessoas.

Gente de comunidades e regiões que reflete junto e tenta sistematizar, documentar, entender as afrontas cometidas contra si por corporações e governos, por voracidade, por afã controlador, porque se perdeu a medida da ganância.

Gente que luta contra a fragmentação e o absurdo, que busca escutar as vozes da terra, colocar a responsabilidade no centro de nossas ações. Assim reflete o texto de um coletivo de criação e reflexão da Costa Rica, que escreveu recentemente:

> Uma montanha conta histórias de muitas épocas: eles e elas tentavam construir algo diferente, seguir sonhando, ou melhor, começar a sonhar, criar histórias, inventar, porque se cansaram de escutar que tudo estava inventado e que já não havia nada a fazer. Por isso começaram por agarrar seus sonhos em suas próprias mãos e começaram a inventar, a criar, a coroa de flores, com caras decididas e olhares fixos. Uma verdade heterodoxa, a qual parece que muitas vezes não chega a nada: mas o que mais podemos fazer além de ser com outros, de sentir mutuamente o presente. A intensidade da vida refletida em cada momento, respirando, suando, chorando, gritando, rindo. O corpo exala o que sente o coração.

O coração de quem já sabe que, como disse John Berger, "todo protesto político profundo é invocar uma justiça ausente, que se vê acompanhada pela esperança de que no futuro essa justiça fique estabelecida. No entanto, a razão primeira para protestar não é essa. As pessoas se manifestam porque não fazê-lo é humilhante demais, esmagador demais, letal demais. As pessoas protestam (montam uma barricada, se defendem, fazem greve de fome, dão-se as mãos para gritar ou escrevem) a fim de salvar o momento presente, não importa o que traga o futuro. Protestar é nos negarmos a ser reduzidos a zero e a que o silêncio nos seja imposto. Portanto, no momento exato em que alguém faz um protesto, só por fazê-lo, uma pequena vitória é alcançada. O momento, mesmo que transcorra como qualquer outro momento, adquire um certo caráter indestrutível".

Biodiversidade se propõe a reunir esses momentos indestrutíveis.

Walmart: distribuidora de exploração, monopólio e corrupção

coecoceiba-Amigos da Terra Costa Rica

A produção, distribuição e especulação com os preços dos alimentos é a atividade econômica que traz maiores lucros na economia globalizada, inclusive mais do que a indústria petrolífera. Porém, enquanto as grandes corporações da agroindústria concentram poder e capital, o campo se afunda entre a toxicidade, a exclusão e a pobreza.

Por que, sendo o Walmart uma das multinacionais mais questionadas eticamente em todo o globo, a mídia e até o próprio vice-presidente da Costa Rica, Luis Liberman, celebraram, junto com seus altos executivos, a abertura de um novo centro de distribuição em El Coyol de Alajuela?

A bolha agroalimentar. O sistema financeiro global está regido pelos mercados de valores e pela especulação. Na bolsa de valores o componente fictício e especulativo é 30 vezes maior que a economia real. Entenda-se por economia real a da produção e intercâmbio de bens e serviços (onde encontramos a produção de alimentos). Quer dizer, o mercado financeiro negocia 30 vezes mais do que se produz realmente neste momento, e os mercados financeiros continuam inflando bolhas. Nesta enorme especulação financeira, os alimentos e a terra estão entre os bens mais cotados.

Os pesquisadores Stefania Vitali, Stefano Battiston e James Glattfelderen, da Universidade de Zurique, descreveram que a concentração do poder econômico está chegando a níveis nunca antes vividos[1], ao mostrar que somente 147 corporações transnacionais controlam 40% do volume das transações monetárias de todas as transnacionais em nível global. Dentre as 147 transnacionais, a Walton Enterprises LLC está posicionada no décimo quinto lugar da cúpula empresarial de hiperconcentração dos negócios. A Walton Enterprises LLC é a empresa de investimentos da família norte-americana Walton, dona do Walmart. As 14 empresas maiores que a Walton são todas companhias financeiras ou bancos, como o JP Morgan, Merrill Lynch, Deutsche Bank, AXA. Ou seja, o Walmart é parte do mercado financeiro e especulativo.

Ao mesmo tempo em que essa multinacional anunciou a abertura de um novo megadepósito de armazenamento e distribuição em El Coyol de Alajuela, sua matriz, no Arkansas, informou lucros de mais de 3,784 bilhões de dólares no primeiro semestre de 2013, enquanto, no ano passado, obteve receita de mais de 469,2 bilhões de dólares, transformando-se, assim, na maior multinacional norte-americana em vendas em 2012. O Walmart ficou acima de todas as empresas dos setores energético e petroleiro, tais como ExxonMobil, Chevron Corp, Valero Energy Corp. e Phillips 66.

Walmart processado por corrupção e misoginia. Ao mesmo tempo em que a transnacional obteve esses triunfos financeiros, é julgada por corrupção e tráfico de influência. Foi provado que o Walmart México e América Central (a mesma divisão instalada na Costa Rica) pagou mais de 24 milhões de dólares em subornos a funcionários públicos mexicanos[2] para construir um depósito em Teotihuacán, sobre territórios declarados patrimônio cultural, mesmo passando sobre o direito dos povos indígenas. Isso foi constatado pelo jornalista do New York Times e Prêmio Pulitzer David Barstow[3] no ano anterior, quando analisou essa campanha de subornos.

Mas a famosa corporação não é marcada só por seus altos graus de corrupção, mas também por maus tratos contra seus empregados, especialmente mulheres. Como menciona o website walmartclass.com: em 2011, cerca de 1,6 milhões de empregadas do Walmart tomaram medidas legais contra a transnacional e entraram com ações legais perante a Suprema Corte dos Estados Unidos por discriminação sexual e abusos[4], tornando-se a maior ação judicial coletiva da história contra uma corporação.

Para continuar acrescentando à lista, é de conhecimento público que incomoda quem dirige o Walmart — e eles tentam impedir — a união dos trabalhadores e trabalhadoras. Em 2008, Carol Prier, do Humans Right Watch, escreveu:

> "valendo-se de táticas antissindicais que em grande parte estão em conformidade com a legislação norte-americana, o Wal-Mart frequentemente começa criando um ambiente hostil à formação de sindicatos desde o momento em que os trabalhadores e gerentes são contratados. A companhia utiliza sessões de capacitação, vídeos e outros meios para doutrinar seus empregados com a ideia de que os sindicatos são prejudiciais para eles e para a companhia. O Wal-Mart oferece aos gerentes instruções explícitas sobre como evitar a formação de sindicatos, muitas das quais fazem parte da "Caixa de Ferramentas Gerenciais", um guia explicativo para os gerentes sobre "como permanecer livres de sindicatos caso os líderes sindicais elejam seu estabelecimento como o próximo alvo."

Em abril deste ano, o sindicato mundial UNI-Global Union, que tem filiados mais de 20 milhões de trabalhadores do setor de serviços de 140 países, junto com o Centro de Investigación Laboral y Asesoría Sindical (CILAS), do México, anunciaram que serão postas em andamento uma rede social e uma campanha internacional para reivindicar que a empresa Walmart cumpra as leis dos países nos quais se estabelecer, começando pelo México. Eduardo Pérez de San Román, da UNI-Global Union, expressou sua preocupação com o fato de manter a política de negação da liberdade sindical, impedindo a organização de seus trabalhadores.

O Monopólio. Graças ao poder econômico e suas alianças com setores políticos, essa corporação consegue burlar leis de todo tipo, tendo a capacidade, quase ilimitada, de abrir supermercados. Com isso, põe em perigo o pequeno comércio, bem como o setor agrícola de pequena escala. Nos Estados Unidos, segundo a Universidade Estadual de Iowa, devido à política agressiva de preços que o WalMart estabelece quando abre, o efeito econômico é sentido num raio de 32 quilômetros[5]. Outro estudo, da Universidade de Dartmouth, afirma que uma típica loja do WalMart cria 140 empregos na comunidade onde se estabelece, mas à custa de destruir 230 empregos mais bem pagos[6].

O que encontraríamos se investigássemos na Costa Rica? Desde 2009 essa transnacional entrou em nosso país de forma oficial e anunciou, com estardalhaço, a compra da Cadeia de Supermercados Unidos. Em 2010 já tinha 173 locais, sob os nomes de Más X Menos, Palí, MaxiPalí e Walmart, o equivalente a 53% dos supermercados de todo o país. Em 2013 contaram-se cerca de 200 supermercados abertos de propriedade dessa corporação.

Essa concentração da distribuição de alimentos torna-se cotidiana graças às reportagens-publicidade que semanalmente se destacam nas manchetes da maioria dos veículos de comunicação. Disfarçam constantemente a publicidade em forma de notícias, e poucas vezes encontramos análises sérias sobre como nossa vida se modificou, em matéria agroalimentar, após a entrada do Walmart no país.

A partir da experiência de comércio solidário La Troja Ecologista, temos tido testemunhos diretamente de mulheres produtoras que narram as humilhações sofridas ao tentar vender seus produtos ao Walmart. O que menos interessa a qualquer multinacional desse tipo é o desenvolvimento local, já que as corporações como o Walmart são movidas pela avareza, a sede de ganhar mais e mais a todo custo, inclusive por cima da dignidade das pessoas.

Na próxima vez, pense duas vezes no que se esconde sob esse coletinho azul que anuncia: “Estamos aqui para servi-lo!”

Em vez de nos aproximar de quem produz nossos alimentos, o Walmart nos distancia cada vez mais da realidade do campo, vendendo-nos a ideia de que se pode comprar “a” felicidade. Um modelo de comercialização baseado na exploração ambiental, de gênero, e dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. É por isso que se faz urgente construir alternativas a esse modelo depredador.

Por isso, em *La Troja Ecologista* apostamos em um consumo politizado e consciente, com conhecimento de quem os produz. Um intercâmbio mais direto entre o campo e a cidade. Alimentos gerados dignamente por pessoas que respeitam a riqueza cultural e biológica do nosso país.

1 Vitali S, Glattfelder JB, Battiston S (2011) The Network of Global Corporate Control. PLoS ONE 6(10): e25995. doi:10.1371/journal.pone.0025995
2 http://sipse.com/mundo/costara-millones-a-walmart-aclarar-casos-de-corrupcion-23182.html
3 http://www.estrategiaynegocios.net/blog/2013/04/15/pulitzer-para-reportaje-que-retrato-corrupcion-de-walmart-en-mexico/
4 http://www.hrw.org/en/reports/2007/04/30/discounting-rights
5 http://www.compromisoempresarial.com/actualidad/2006/03/wal-mart-fangel-o-demonio/
6 http://www.jornada.unam.mx/2013/04/24/economia/033n3eco

Uma panorâmica e muitas vistas

O longo braço da monopolização dos alimentos

Neste número, para nós, é muito importante começar a caminhada para analisar os pormenores da distribuição de alimentos e como foi que o sistema agroalimentar industrial mundial conseguiu se apoderar de enormes segmentos da cadeia alimentar no mundo todo. Principalmente, como chegou a nos fazer acreditar que alimenta o mundo, quando 60% dos alimentos continuam sendo responsabilidade das camponesas e dos camponeses, em suas comunidades. Comecemos desenhando um mapa inicial, para uma discussão que deverá crescer se quisermos promover uma verdadeira soberania alimentar, a partir da própria base da produção.

A concentração empresarial em cada uma das partes da cadeia agroalimentar está aumentando, e o setor da distribuição não é uma exceção. A dinâmica na Europa, por exemplo, mostra uma tendência ascendente. Na Suécia, três cadeias de supermercados controlam 95,1% deste mercado, na Dinamarca três cadeias monopolizam 63,8%, e na Bélgica, Áustria e França umas poucas companhias dominam mais de 50%. A cada dia temos menos portas de acesso aos alimentos, enquanto o produtor tem menos opções para chegar até nós. O poder da indústria agroalimentar é total, e nossa alimentação ficou subordinada a seus interesses econômicos.

Esse modelo de distribuição no varejo implica um empobrecimento generalizado da atividade camponesa, a homogeneização do que consumimos, a precarização dos direitos trabalhistas em seus centros comerciais e naqueles que os abastecem, a perda do comércio local, a promoção de um modelo de

consumo insustentável e irracional. Esther Vivas, “Viver sem supermercados” La Directa, núm. 171.

O Carrefour é uma das maiores redes de hipermercados do mundo (1.452 hipermercados) e a segunda rede varejista do planeta depois do Walmart. O Carrefour opera na Europa, Argentina, Brasil, China, República Dominicana, nos Emirados Árabes Unidos, Qatar e Arábia Saudita, mas também tem lojas no Norte da África e em outras partes da Ásia, incluindo Indonésia e Malásia, apesar de, em 2012, ter vendido suas operações malaias para a rede japonesa Aeón, por 147 milhões de euros.

Em 2012, o grupo tinha 9.994 lojas em 33 países (19 países integrados), 4.314 lojas na Europa (excluindo-se a França), 4.635 lojas na França, 675 lojas na América Latina e 370 na Ásia. Dá emprego a mais de 360 mil pessoas em todo o mundo. Suas vendas consolidadas alcançaram 101,3 milhões de euros em 2012. Sua atividade se centra em três mercados: Europa, Ásia e América Latina.

Foi sua fusão com o Promodés o que o fez saltar, em 1999, para o primeiro lugar na Europa e para ser o segundo grupo mundial de distribuição, depois do WalMart. *Com informação de google.com /finance, http://www.thestar.com.my/news/story.asp?file=/2012/11/1/business/ e http://www.japantimes.co.jp/news/2012/11/02/ e Wikipedia.*

Segundo o documento *Global food losses and food wastes* (Perdas e desperdícios de alimentos no mundo) elaborado pelo Instituto Sueco de Alimentos e Biotecnologia para a FAO durante 2011, cerca de um terço dos alimentos que são produzidos a cada ano no mundo para o consumo humano são perdidos ou desperdiçados. Em valores absolutos, os alimentos produzidos que não chegam a ser consumidos atingem 1,3 bilhões de toneladas anuais. O documento atribui essas altas taxas de inutilização dos recursos alimentares a um grande número de fatores, entre os quais se destacam a grande distância das cadeias de abastecimento e os requisitos estéticos impostos pelas empresas distribuidoras e comercializadoras a todos os produtos, mas em especial às frutas e hortaliças. O mesmo documento reconhece que canais de comercialização mais curtos e um contato mais direto entre pessoas consumidoras e famílias camponesas reduziriam o desperdício por falhas na cadeia de conservação e o descarte de produtos por questões meramente estéticas.

É dramático pensar que, a cada ano, se desperdiça uma quantidade de alimentos equivalente à metade da produção mundial de cereais, enquanto o número de pessoas em situação de fome supera um bilhão. Mas também é extremamente preocupante constatar que algumas das principais causas desse desperdício geram também a exclusão de milhares de famílias camponesas dos mercados.

Supermercados e hipermercados exigem dos produtores requisitos distorcidos de “qualidade”, que se centram na estética dos alimentos mais que em suas propriedades nutritivas. Existem medidas mínimas e máximas para frutas e hortaliças, que exigem dos produtores altos níveis de mecanização da irrigação ou de aplicação de fertilizantes artificiais ou, na falta disso, que descartem parte da produção por não se ajustar aos padrões das cadeias de distribuição. *Albert Sales i Campo, “Un sistema de distribución, un sistema de*

producción. Los obstáculos que imponen los supermercados a la agricultura familiar". Soberanía alimentaria, biodiversidad y culturas *núm. 8: Comercio y Soberanía Alimentaria*

A Wal-Mart Stores, Inc., conhecida como Walmart, é uma corporação de comércio varejista que opera enormes lojas de descontos e armazéns. É a terceira maior empresa de capital aberto do mundo, segundo a lista dos 500 da *Fortune Global* em 2012. É a maior empregadora privada do planeta, com mais de 2 milhões de empregados, e a maior cadeia varejista do mundo. O Walmart continua sendo um negócio familiar, controlado basicamente pela família Walton, que possui 48% das ações. É também a maior empresa de varejo de alimentos dos Estados Unidos. Em 2009, gerou 51% dos 258 bilhões de dólares provenientes da venda de alimentos nos Estados Unidos. O Walmart tem 8.500 lojas em 15 países, com 55 nomes diferentes. A companhia é Walmart nos 50 estados norteamericanos e em Porto Rico. Opera como Walmex no México e como Asfa no Reino Unido, no Japão é Seiyu, na Índia é Best Price. Tem operações controladas completamente pela empresa central na Argentina, Brasil e Canadá. *2012 Form 10-K, Wal-Mart Stores, Inc.*

Segundo o novo informe global, 32 das cem maiores cadeias varejistas do mundo são redes de supermercados e mercearias. Nos Estados Unidos, 20% das cadeias varejistas que são as maiores do mundo são mercearias e redes de supermercados. Isso mostra o poder dos varejistas de alimentos e dos supermercados nos Estados Unidos, em que pese a pressão dos grandes hipermercados e das cadeias internacionais como WalMart, Target, Costco, que, agressivamente, querem se apoderar de um segmento substancial do mercado de alimentos. Ver atualização de maio, 2013, http://retailindustry.about.com/od/worldslargestretailers/a/us-2013-worlds-largest_biggest_best_retail_grocery-stores-supermarkets_chains_ranking.htm

Tendo cerca de 2,2 milhões de empregados em todo o mundo, o WalMart enfrentou uma enxurrada de ações judiciais que envolvem baixos salários, condições precárias de trabalho, inadequada atenção à saúde e aspectos como suas políticas fortemente antissindicais. Cerca de 70% de seus empregados abandonam a companhia durante seu primeiro ano de emprego.

Em 2007, iniciou-se uma ação contra a empresa por discriminação de gênero no caso Dukes versus Wal-Mart Stores Inc, com a alegação de que as empregadas eram discriminadas quanto ao salário e às promoções. Empreendeu-se então uma ação coletiva de classe, que cobria 1,5 milhão de empregadas, do passado e atuais, o que teria significado a maior ação judicial da história. Em 20 de junho de 2011, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu a favor da empresa, alegando que as demandas não tinham o suficiente em comum para serem consideradas uma ação coletiva, impedindo, assim, sua continuidade. *"Wal-Mart Faces Class-Action Lawsuit". Newsmax. 6 de fevereiro, 2007.*

Para os produtores agrícolas, vender para uma cadeia de supermercados está se tornando a única forma de chegar aos consumidores e consumidoras finais. Tornar-se fornecedor de uma dessas corporações pode parecer um bom negócio graças aos volumes que isso implica, mas essas

cadeias exigem um fluxo de abastecimento constante, uma homogeneidade na aparência dos produtos, e que se assumam uns custos que só estariam ao alcance de agricultores camponeses ou unidades de agricultura familiar através da aceitação de grandes riscos e de hipotecar seu futuro.

O sistema de abastecimento em geral, e a gestão dos fornecedores em particular, constituem o pilar fundamental do negócio das grandes cadeias de distribuição. As cadeias costumam ter sua própria central de compras em nível de estados, e é esta quem negocia os preços e o restante das condições com os fornecedores.

Entre 80 e 90% dos fornecedores e fornecedoras que atendem aos supermercados se agrupam em "plataformas de distribuição": grandes armazéns nos quais se acumulam as quantidades necessárias para atender os pedidos das centrais de compras. Só escapam desse canal os fornecedores e fornecedoras que atendem diretamente a cada super ou hipermercado, coisa que são capazes de fazer as grandes empresas que dispõem de canais próprios (a Coca-Cola, por exemplo) ou, pelo contrário, os pequenos produtores e produtoras próximos à loja que, por alguma razão casual, mantêm uma relação direta com esse estabelecimento em particular.

O problema do campesinato e da agricultura familiar é a grande fragmentação das propriedades diante da concentração e o grande tamanho das empresas de distribuição e de venda ao público. A solução para esse problema não passa — segundo eles — em nenhum caso por questionar o excesso de poder de que gozam as grandes cadeias de distribuição. Também não se considera a necessidade de fortalecer as iniciativas que aproximam consumidores e consumidoras da produção, eliminando intermediários.

Uma propriedade agrícola ou pecuária de tamanho médio que queira ter acesso ao mercado das grandes cadeias de distribuição tem duas opções: a primeira possibilidade é vender sua produção para um intermediário que disponha dos recursos logísticos para exercer a função de plataforma de distribuição e que, mediante acordos com vários produtores, possa garantir a seus clientes um fluxo constante e suficientemente grande de produto. A segunda é associar-se a outros produtores/as numa cooperativa com recursos suficientes para negociar com as cadeias de distribuição e satisfazer suas exigências.

Independentemente da via escolhida, as exigências de volume e estabilidade no atendimento dos pedidos de fornecimento impõem um modelo de especialização em alguns poucos produtos e de intensificação no cultivo, o que requer mecanização e investimentos. Nos acordos estabelecidos pelas centrais de compra das grandes empresas de distribuição é exigido dos fornecedores e fornecedoras o cumprimento de prazos rígidos de entrega, e existem penalidades por atraso na entrega de mercadorias. Também há penalidades estabelecidas para entrega antecipada de mercadorias. O ritmo de venda dos supermercados não é adequado às necessidades da terra ou aos agricultores e agricultoras, mas está a serviço do rendimento econômico ou, dito de outra forma, de prateleiras sempre cheias e depósitos pequenos. Albert Sales i Campo, "Un sistema de distribución, un sistema de producción. Los obstáculos que imponen los supermercados a la agricultura familiar", Soberanía alimentaria, biodiversidad y culturas, núm. 8, Comercio y soberanía alimentaria

Entre os problemas mais visíveis e urgentes em Santiago del Estero, Analía Moreno, integrante do Mocase, aponta justamente o da terra: “Defendemos nossa terra, nossos direitos, por causa dos produtos químicos que estão jogando. Lutamos contra os tratores e os despejos que existem muito em Santiago. Eu milito desde pequena, meu pai foi um dos primeiros militantes no Mocase (Movimento nascido em 1990)”. Por outro lado, mas também no caminho da economia autogestionada, no departamento santiaguenho de Banda, mais de 40 famílias integram a Associação de Famílias com Identidade Hortifrutícola (AFIH). Quinze de seus integrantes chegaram até Rosário de trem e hoje estão oferecendo produtos feitos com frutas da mata de Santiago: xarope de *chañar* (*Geoffroea decorticans*), de figo-da-índia, de mistol (*Ziziphus mistol*) e alfarroba; licores; alfajores, biscoitos, bombons, pasteizinhos, bolos, tortas, tudo de alfarroba.

“Trabalho com minha família fazendo produtos com alfarroba, *chañar*, *mistol*, amora e figo-da-índia. Eu, minha mulher e meus três filhos trabalhamos, produzimos, consumimos e vivemos com isso. Agora, quando voltarmos, vamos colher amoras, que já estão começando a amadurecer”, relata Fabián Rodríguez, integrante da AFIH. “Fazemos tudo em família, entre os cinco, o cultivo, também a colheita e a seleção”, acrescenta sua esposa, María Robles.

“O comércio justo seria como um comércio onde consumidor e o vendedor se encontram em igualdade e fraternidade. Meu pai e meu padrinho pertencem à Rede de Comércio Justo de Córdoba. Fabricam massas secas e raviólis, mas não trouxeram tudo para cá porque ia estragar”, disse Facundo, de 10 anos”. EnREDando, “Argentina: III Feira Nacional de Comércio Justo e Economia Autogestionada”.

Medir as diferenças entre o preço pago na origem e o pago no destino, é uma ótima ferramenta para denunciar um dos fatores que mais dificultam a subsistência das pessoas no meio rural: o controle de toda a cadeia agroalimentar está concentrado em pouquíssimas grandes superfícies, os supermercados, onde hoje quase todos nós compramos quase tudo. Com esse ‘superpoder’, permitem-se, como temos visto, marcar preços muito baixos para seus fornecedores e inclusive, em alguns casos, pagar abaixo dos custos de produção, como com o leite ou o óleo.

Não foi sempre assim. Até não muito tempo atrás, os pequenos comércios em vilarejos e bairros e os mercados municipais exerciam o importante papel de distribuir os alimentos. E se dispunha também de outro instrumento que fazia consumidores e camponeses se relacionarem diretamente: os “mercados camponeses” semanais que se instalavam em ruas e praças. Muitos fatores, entre eles a pouca atenção que as administrações têm dado a essa prática, fizeram-nos desaparecer de muitos lugares ou os deixaram de lado, como “vestígios do passado”. Mas olhar para trás e recuperar mercados de agricultores oferece muitas vantagens importantes nestes momentos de crise.

A vantagem fundamental, claro, é que melhora os ganhos dos produtores uma vez que reforça toda a economia agrária e rural que faz tanta falta para gerar emprego no campo. Estimula a produção de alimentos frescos e locais, através do que evitamos a contaminação em percursos longuíssimos desde países distantes. Quando se prioriza a presença de produtores agroecológicos, temos alimentos saudáveis, sadios e produzidos em harmonia

com o meio ambiente. Por último, se revisamos os estudos realizados nos *Farmers Markets* do Reino Unido, vemos que, para a população consumidora, frequentar esses mercados garante preços baixos (porque não existem intermediários), qualidade e uma forma de reduzir riscos alimentares: o local, de produtores conhecidos e que dão 'a cara a tapa', dá mais confiança do que encarar um produto anônimo na prateleira do supermercado.

Se a vontade política se ativar, algumas recomendações são claras conforme as experiências e resultados analisados em outros lugares. Primeiro, não se pode perder de vista seu objetivo fundamental: conseguir o consumo de alimentos sadios e locais, mantendo e potencializando a agricultura em pequena escala. Para isso, devem ser facilitados os trâmites para a obtenção de licenças, oferecidos espaços adequados e diferenciados para venda de alimentos, taxas acessíveis, etc. Segundo, proibir a revenda de produtos em tais mercados, já que constitui uma concorrência desleal para nosso campesinato. Terceiro, favorecer o diálogo com outros agentes do comércio de alimentos do entorno. Como foi comprovado em Vitoria ou Oviedo, as sinergias com o mercado municipal ou os comércios do bairro são positivas para todos. E, por último, as prefeituras devem divulgar e fomentar os valores que um mercado camponês oferece. Gustavo Duch Guillot, Mercados de comida, Rebelión, 23 de janeiro de 2013

Em 2010, as discussões da Feira giraram em torno da soberania alimentar, entendida como o direito dos povos a decidir sobre as formas adequadas de produção, intercâmbio e consumo de alimentos. Este ano, o debate esteve centrado na construção de formas de comercialização diferentes das capitalistas, com a premissa de que a distribuição solidária e o consumo organizado fortalecem economias sustentáveis não capitalistas.

"Decidimos trabalhar sobre o eixo da comercialização, um dos grandes temas que a economia popular ou solidária tem. A mensagem principal desta feira é a produção autogestionada, a distribuição solidária e o consumo organizado. Muitas dessas coisas são abordadas nas oficinas e conferências, nos interessa organizar-nos para consumir produtos dessa outra economia, que nos considera como humanos e não como maquininhas", explicam Stella Orzuza e Jimena Ancín, da cooperativa Mercado Solidário, integrante da Rede de Comércio Justo do Litoral.

E quais são as principais dificuldades na comercialização? "O que estamos propondo é que os próprios produtores nos encarreguemos da comercialização, que não a deixemos com intermediários, que depois se beneficiam com nossas produções. Isso implica um monte de dificuldades, como, por exemplo, chegar a diferentes lugares sem fazer uso de distribuidoras, supermercados, etc. Parece-nos interessante discutir tal dificuldade estando juntos neste espaço de encontro. Outra questão é que há produções que têm uma estação do ano definida, então, como conseguir uma circulação permanente desses produtos? Também discutimos em relação à qualidade desses produtos, a qualidade entendida a partir de nossos parâmetros", responde Stella. EnREDando, "Argentina: III Feira Nacional de Comércio Justo e Economia Autogestionada".

Acusada de monopolizar as fontes de água comunitárias em lugares como o México ou a Índia, até a Coca-Cola se diz sustentável. É

igualmente chocante que se digam sustentáveis megaempresas multinacionais como a Ikea, que vende cem milhões de móveis por ano em todo o mundo, para os quais requer 12 milhões de metros cúbicos de madeira; ou que uma companhia aérea como a Lufthansa queira voar sustentavelmente, quando utiliza 30 milhões de litros de combustível por ano e emite para a atmosfera uma quantidade imensa de gases nocivos ao clima.

Por sua vez, outras multinacionais como a Zara, a Adidas, ou o Walmart produzem e vendem de forma massiva, destruindo estruturas empresariais locais, explorando trabalhadores, terceirizando as produções, escravizando seres humanos e afetando seriamente o meio. Que se denominem sustentáveis não é ético, nem muito menos ecológico.

Produzir continuamente tal quantidade massiva de "bens" e obter as matérias-primas e a energia necessárias para produzi-los conduz, sem dúvida, a hipotecar a humanidade e o patrimônio ecológico. As superofertas, então, são pagas sempre pela natureza. Guadalupe Rodríguez, El mito moderno de lo sostenible y a seguir destruyendo el planeta, Vanguardia, 16 de julho de 2013.

O que comemos? De onde vem, como foi elaborado, e que preço pagamos por aquilo que compramos? São perguntas que cada vez mais consumidores se fazem. Em um mundo globalizado, onde a distância entre camponês e consumidor aumentou até o ponto em que ambos praticamente não têm nenhuma incidência na cadeia agroalimentar, saber o que colocamos na boca importa novamente, e muito.

Isso é evidenciado pelas experiências de grupos e cooperativas de consumo agroecológico que, nos últimos anos, proliferaram em toda parte no Estado espanhol. Trata-se de devolver a capacidade de decidir sobre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos aos principais atores que participam em tal processo, ao campesinato e aos consumidores. O que em outras palavras se chama: a soberania alimentar. Que significa, como a própria palavra indica, ser soberano, ter a capacidade de decidir, no que diz respeito à nossa alimentação (Desmarais, 2007).

Algo que pode parecer muito simples, mas que de fato não é. Já que hoje o sistema agrícola e alimentar é monopolizado por um punhado de empresas da indústria agroalimentar e da distribuição que impõem seus interesses particulares, de fazer negócio com a comida, por sobre os direitos dos camponeses e das necesssidades alimentares das pessoas. Só assim se explica tanta comida e tanta gente sem comer. A produção de alimentos, dos anos 60 até hoje, multiplicou-se por três, enquanto a população mundial, desde então, somente duplicou (GRAIN, 2008), mas, ainda assim, quase 900 milhões de pessoas, segundo a FAO, passam fome. É claro que algo não está funcionando.

Os grupos e as cooperativas de consumo apresentam um modelo de agricultura e alimentação antagônico ao dominante. Seu objetivo: encurtar a distância entre produção e consumo, eliminar intermediários e estabelecer relações de confiança e solidariedade entre ambos os extremos da cadeia, entre o campo e a cidade; apoiar uma agricultura camponesa e de proximidade, que cuida de nossa terra e que defende um mundo rural vivo a fim de poder viver dignamente do campo; e promover uma agricultura ecológica e de safra, que respeite e leve em conta os ciclos da terra. Nas cidades, essas

experiências permitem fortalecer o tecido local, gerar conhecimento mútuo e promover iniciativas baseadas na autogestão e na auto-organização.

De fato, a maior parte dos grupos de consumo se encontra nos núcleos urbanos, onde a distância e a dificuldade para entrar em contato diretamente com os produtores são maiores, e, assim, pessoas de um bairro ou uma cidade se unem para levar a cabo “outro consumo”. Existem vários modelos: aqueles em que o produtor entrega semanalmente uma cesta, fechada, com frutas e verduras, ou aqueles em que o consumidor pode escolher que alimentos da safra quer consumir de uma lista de produtos que o camponês ou os camponeses com quem trabalha oferecem. Além disso, em nível legal, encontramos principalmente grupos legalizados como associação e uns poucos, de experiências mais consolidadas e com longa trajetória, com formato de sociedade cooperativa. Esther Vivas, Grupos de consumo y soberanía alimentaria, 7 de março de 2013

Convocatória de Jacarta

VI Conferência da Via Campesina, Egidio Brunetto
9 a 13 de junho de 2013

Nós, a Via Campesina, viemos estender nossa convocação urgente para tecer, fio a fio a unidade, em nível global, entre organizações do campo e da cidade, para participar ativa, propositiva e decididamente na construção de uma nova sociedade, baseada na soberania alimentar, na justiça e na igualdade. Estamos aqui convocados pelo espírito de nossos amigos e líderes, e todos aqueles cuja coragem e compromisso com nossas lutas nos inspiram. A Via Campesina, um movimento camponês internacional que reúne mais de 200 milhões de camponesas e camponeses, povos indígenas, pescadores, extrativistas e trabalhadores agrícolas. Com a criatividade das mulheres e o entusiasmo de nossos jovens, viemos de 150 organizações e 70 países. Estamos na Ásia, lar da maioria das camponesas e camponeses do mundo, para festejar nossos primeiros vinte anos de luta.

Começamos nosso caminho em Mons (Bélgica), no ano de 1993, e articulamos nossa visão radical da soberania alimentar em 1996, em Tlaxcala (México), conseguindo reposicionar o campesinato, homens e mulheres como atores sociais centrais nos processos de resistência à agenda de comércio neoliberal e na construção de alternativas. Os povos da terra somos atores indispensáveis na construção não só de um modelo diferente de agricultura, mas também de um mundo justo, diverso e igualitário. Somos nós que alimentamos a humanidade e cuidamos da natureza. As gerações futuras dependem de nós para cuidar da terra.

Hoje, mais que nunca, um outro mundo é urgente e necessário. A destruição de nosso mundo, através da superexploração e espoliação dos povos e da apropriação dos recursos naturais, está produzindo a atual crise climática e profundas desigualdades que ameaçam a humanidade como um todo e a vida em si. A Via Campesina diz um redondo NÃO a essa destruição promovida pelas corporações.

Nós estamos construindo novas relações entre os seres humanos e com a natureza, baseadas na solidariedade, na cooperação e na complementaridade. *O coração de nossa luta está na formulação de uma ética para a vida que atravessa todas as nossas ações e buscas.* A Via Campesina se comprometeu a dar visibilidade a todas as lutas locais ao redor do mundo, assegurando que sejam entendidas a partir de um ponto de vista internacional, e contribui para envolvê-las em um grande movimento global pela soberania alimentar, mudança social e autodeterminação dos povos do mundo.

Convocamos todas as nossas organizações, nossos aliados e amigos, amigas, irmãs e irmãos na luta, e todos aqueles comprometidos com um futuro melhor, a continuar caminhando juntos e juntas, a repudiar a agenda da "Economia Verde" e a continuar construindo a soberania alimentar.

Nossa lutas

Soberania alimentar já — transformando o mundo. A soberania alimentar é o eixo central da luta por um projeto de justiça social que hoje convoca amplos setores do campo e da cidade. A soberania alimentar é o direito fundamental de todos os povos, nações e Estados de controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares e decidir suas políticas garantindo a cada um alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isso inclui o direito dos povos a definir suas formas de produção, uso e intercâmbio tanto em nível local como internacional.

Durante as últimas duas décadas, nossa visão da soberania alimentar inspirou uma geração de ativistas comprometidos com a mudança social. Nossa visão do mundo implica uma revolução agrícola que significa profundas transformações agrícolas, socioeconômicas e políticas. A soberania alimentar enfatizou a importância crucial da produção local e sustentável, o respeito pelos direitos humanos, preços justos para os alimentos e a agricultura, comércio justo entre os países e a proteção de nossos bens comuns contra a privatização.

Hoje estamos diante da maior crise da nossa história, e a mesma é uma crise sistêmica. As crises alimentar, trabalhista, energética, econômica, climática, ecológica, ética, social, política e institucional estão levando ao colapso em muitas partes do mundo. *Simultaneamente, a crise energética se agrava dia a dia perante o esgotamento dos combustíveis fósseis e é enfrentada com falsas soluções que vão dos agrocombustíveis à energia nuclear, a qual provou ser uma das piores ameaças à vida sobre a terra.*

Repudiamos o capitalismo, que neste momento se caracteriza por um fluxo violento do capital financeiro e especulativo para a agricultura industrial, a terra e a natureza. Isso tem gerado uma imensa monopolização de terras, a expulsão de camponesas e camponeses de sua terra, a destruição de povos, comunidades, culturas e seus ecossistemas, criando migrações e desemprego massivos. Isso cria massas de migrantes econômicos e refugiados climáticos e desempregados, aumentando as desigualdades existentes.

As transnacionais — em cumplicidade com os governos e as instituições internacionais — estão impondo, sob o pretexto da economia verde, monocultivos de transgênicos, a megamineração, as grandes plantações florestais, o estabelecimento de plantações de agrocombustíveis, a construção de grandes represas, o *fracking* [fracionamento com água] de petróleo e os

oleodutos ou a privatização de nossos mares, rios, lagos e nossas florestas. A soberania alimentar recupera o controle sobre nossos bens comuns, devolvendo-os às mãos das comunidades.

A agroecologia é nossa opção para o presente e para o futuro. A produção de alimentos baseada na agricultura camponesa, no pastoralismo e na pesca artesanal continua sendo a principal fonte de alimentos no mundo. A agricultura camponesa de base agroecológica constitui um sistema social e ecológico que é formado por uma grande diversidade de técnicas e tecnologias adaptadas a cada cultura e geografia. A agroecologia elimina a dependência dos agrotóxicos; recusa a produção industrial de animais; utiliza energias renováveis; permite garantir alimentação sadia e abundante; se baseia nos conhecimentos tradicionais e restaura a saúde e integridade da terra. A produção de alimentos no futuro será baseada em um número crescente de pessoas produzindo alimentos de forma diversa e flexível.

A agroecologia protege a biodiversidade e esfria o planeta. Nosso modelo agrícola não só pode alimentar toda a humanidade, mas também é o caminho para deter o avanço da crise climática esfriando o planeta através da produção local em harmonia com nossas florestas, alimentando a biodiversidade e a reincorporação da matéria orgânica a seus ciclos naturais.

Justiça social e climática, e solidariedade. À medida que avançamos e construímos a partir de nossa diversidade cultural e geográfica, nosso movimento pela soberania alimentar se vê reforçado, integrando a justiça e a igualdade social. Praticando a solidariedade acima da competição, repudiamos o patriarcado, o racismo, o imperialismo e lutamos por sociedades democráticas e participativas, livres de exploração das mulheres, das crianças, dos homens ou da natureza.

Exigimos justiça climática imediatamente. Quem mais sofre com este caos climático e ecológico não são os que o provocaram. As falsas soluções da economia verde para continuar o crescimento capitalista estão piorando a situação. Cria-se uma dívida ecológica e climática que deve ser corrigida. Por essa razão, exigimos que parem imediatamente com os mecanismos de mercados de carbono, com a geoengenharia, com o REDD e com os agrocombustíveis.

Ratificamos a necessidade e nosso compromisso de lutar permanentemente contra as corporações transnacionais, entre outras coisas, boicotando seus produtos e não aceitando cooperar com suas práticas de exploração. Os Tratados de Livre Comércio e os acordos de investimento criaram condições de extrema vulnerabilidade e injustiças para milhões. A implementação desses tratados traz como resultado a violência, a militarização e a criminalização da resistência. Outra consequência trágica dos mesmos é a criação de uma enorme massa de migrantes mal pagos, com trabalhos inseguros e insalubres e com violações de seus direitos humanos e discriminação. A Via Campesina conseguiu colocar os direitos dos camponeses e camponesas na agenda do Conselho de Direitos Humanos da ONU, e convocamos os governos para pô-los em prática. Nossa luta pelos direitos humanos está no coração da solidariedade internacional e inclui os direitos e proteção social dos agricultores migrantes e trabalhadores da alimentação.

As lutas pelo direito à terra, à alimentação, ao trabalho digno, contra a destruição da natureza, são criminalizadas. São centenas os companheiros e companheiras que foram assassinados nos últimos anos, e muitos outros veem suas vidas ameaçadas ou são perseguidos e presos, frequentemente com o apoio ou a cumplicidade das autoridades públicas.

Um mundo sem violência e discriminação contra as mulheres. Nossa luta é para construir uma sociedade baseada na justiça, na igualdade e na paz. Exigimos o respeito por todos os direitos das mulheres. Repudiando o sistema capitalista, patriarcal, a xenofobia, a homofobia e qualquer tipo de discriminação, reafirmamos nosso compromisso de alcançar uma igualdade total entre homens e mulheres. Isso requer o fim de toda forma de violência contra as mulheres, doméstica, social e institucional, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas. Nossa Campanha contra a Violência contra as Mulheres está no coração de nossas lutas.

Paz e desmilitarização. Vivemos um aumento de conflitos e guerras para a apropriação, proliferação de bases militares e criminalização da resistência. A violência é intrínseca a este sistema capitalista mortal baseado na dominação, na exploração e na pilhagem. Nós estamos comprometidos com o respeito, a dignidade e a paz.

Sentimos dor e honra pelas centenas de camponesas e camponeses que foram ameaçados, perseguidos, presos, assassinados por causa de suas lutas. Continuaremos exigindo prestação de contas e castigo para aqueles que violam os direitos humanos e os direitos da natureza. Exigimos também a liberação imediata de todos os presos políticos.

Terra e territórios. Defendemos uma reforma agrária integral que ofereça plenos direitos sobre a terra, reconheça os direitos legais dos povos indígenas a seus territórios, garanta às comunidades pesqueiras o acesso e o controle das zonas e ecossistemas de pesca e reconheça o acesso e o controle das terras e das rotas de migração de pastoreio. Essa é a única maneira de assegurar um futuro para os jovens do campo.

A reforma agrária integral, vista como uma distribuição massiva de terras junto com o apoio com recursos para a produção e o sustento, deve garantir o acesso permanente aos jovens, às mulheres, aos desempregados, aos sem-terra; para complementar às pequenas unidades produtivas, aos deslocados e a todos aqueles que estejam dispostos a participar na produção em pequena escala de alimentos agroecológicos. A terra não é uma mercadoria. Devem-se reforçar as leis existentes, e criar novas, para nos proteger da especulação, e um marco jurídico que impeça a especulação com as terras e sua monopolização. Continuaremos nossa luta em defesa das terras e dos territórios.

Sementes, bens comuns e água. Enaltecemos as sementes, o coração da soberania alimentar, com o princípio *Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*, reafirmado hoje por centenas de organizações em todo o mundo. Nosso desafio hoje passa por continuar mantendo nossas sementes vivas nas mãos de nossas comunidades, por multiplicá-las no âmbito de nossos sistemas camponeses. Continuaremos a luta contra sua apropriação

através de diversas formas de propriedade intelectual e contra sua destruição através de manipulação genética e outras novas tecnologias. Somos contrários aos pacotes tecnológicos porque combinam transgênicos com o uso massivo de agrotóxicos. Seguimos hoje combatendo as leis de sementes que, pela mão dos interesses das corporações, são privatizadas e mercantilizadas. Seguimos combatendo os transgênicos e lutando por um mundo livre de transgênicos.

Os ciclos da vida fluem através da água, e ela é uma parte essencial dos ecossistemas e da vida. A água é um bem comum e como tal deve ser protegido.

Construindo a partir de nossas fortalezas. Nossa grande fortaleza é criar e manter a unidade na diversidade. Nós temos uma visão de mundo inclusiva, ampla, prática, radical e esperançosa como convite para nos unirmos na transformação de nossa sociedade e na proteção da Mãe Terra.

As mobilizações populares, o confronto com os poderosos, a resistência ativa, o internacionalismo, o compromisso com os movimentos de base locais são essenciais para obter mudanças sociais efetivas.

Em nossa heroica luta pela soberania alimentar, continuaremos construindo alianças essenciais com os movimentos sociais, os trabalhadores e organizações urbanas e das periferias, com migrantes, com aqueles que lutam contra a megamineração e as megarrepresas, entre outras.

Nossas principais ferramentas são a formação, a educação e a comunicação. Estamos fomentando o intercâmbio de saberes e conhecimentos acumulados até o presente com metodologias e conteúdos de formação cultural, política, ideológica e técnica; multiplicando nossas escolas e experiências de educação de nossas bases e desenvolvendo nossas ferramentas de comunicação a partir de nossas bases.

Comprometemo-nos a criar espaços especiais para fortalecer nossos jovens. Nossa maior esperança para o futuro é a paixão, energia e compromisso de nossos jovens articulada nos jovens do nosso movimento.

Saímos desta VI Conferência Internacional da Via Campesina dando as boas-vindas às novas organizações que se integraram ao Movimento, seguros de nossas fortalezas e cheios de esperanças para o futuro.

Pela terra e pela soberania de nossos povos!
Com solidariedade e luta!

Declaração da Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos, em virtude de quase 20 anos da introdução de cultivos transgênicos na região

Quase duas décadas depois da introdução de transgênicos no ambiente, a América Latina se converteu em maquiladora das transnacionais que produzem grãos para animais de outras transnacionais, contaminando o

ambiente e a biodiversidade. Mas continua sendo um espaço de biodiversidade onde florescem a vida e as comunidades camponesas.

Após 17 anos da liberação dos cultivos transgênicos no ambiente, 30 organizações da América Latina, de 12 países da região, convocadas pela Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos, na cidade de Bogotá, Colômbia, de 23 a 27 de maio de 2013, analisamos o panorama do nosso continente e tornamos pública nossa preocupação com os graves impactos que esses cultivos causam na região.

Rejeitamos terminantemente a liberação comercial massiva de milho transgênico que a indústria quer fazer em mais de três milhões de hectares no México, um fato sem precedente na história da agricultura, pois seria a primeira vez que ocorreria uma devastação dessa magnitude em um dos centros de origem e para um cultivo que alimenta a humanidade como um todo.

Ao longo desse período, os cultivos transgênicos semearam desolação e morte na América Latina, onde alcançaram altos níveis de expansão, ocupando o segundo lugar em área cultivada com transgênicos no mundo.

As empresas produtoras de sementes, agrotóxicos e comercializadoras de alimentos transgênicos, junto com as elites locais e em cumplicidade com os governos da vez, converteram a América Latina em maquiladora dos cultivos transgênicos do mundo.

Não existem cultivos transgênicos sem agrotóxicos. Embora os promotores dos cultivos transgênicos tenham dito que estes iam diminuir o uso de agrotóxicos, a realidade é o oposto. Houve um aumento exponencial no uso de agrotóxicos nos países que adotaram essa tecnologia, e sua aplicação está relacionada especialmente com os cultivos resistentes a herbicidas, o que significa submeter a população a uma condição sanitária próxima ao genocídio. No Cone Sul, a soja resistente ao glifosato cobre uma área de 475.700 km^2; toda essa área é pulverizada com um coquetel de agrotóxicos que inclui o glifosato, afetando cerca de 10 milhões de pessoas que vivem na zona de influência das pulverizações associadas aos cultivos transgênicos.

O Brasil ocupa o primeiro lugar mundial em consumo de agrotóxicos desde 2010, sendo o principal produtor de soja resistente ao glifosato na região.

Essa avalanche tóxica provocou um aumento exponencial de doenças relacionadas a agrotóxicos, como malformações genéticas, desenvolvimento de leucemia, linfomas, doenças autoimunes, e danos irreparáveis nos ecossistemas.

Esses problemas se agravariam com a adoção de novos transgênicos resistentes a herbicidas mais fortes como são o 2,4D e o Dicamba, o glufosinato de amônio, que já foram aprovados ou estão em processo de aprovação em nossos países, por isso repudiamos qualquer tentativa de liberá-los no ambiente.

A isso se agregam a contaminação genética da agrobiodiversidade e a destruição de ecossistemas naturais, que são a base de sustento das comunidades locais.

Os problemas gerados pelos transgênicos resultam em violações dos direitos humanos. Os impactos descritos são tão graves que já não são

problemas que possam ser resolvidos através de técnicas como a avaliação e manejo de risco. Viraram causa de violação dos direitos humanos de populações inteiras, por isso sua discussão deve sair de convenções internacionais — como o Protocolo de Cartagena, que se limita a ver os impactos da modificação genética na biodiversidade — para ser tratada pelos organismos das Nações Unidas sobre Direitos Humanos.

Os cultivos transgênicos não nos alimentam. As vastas zonas dedicadas ao plantio de cultivos transgênicos na América Latina, antes dedicadas a satisfazer o direito humano à alimentação, hoje são territórios onde se produzem soja e milho transgênicos para alimentação animal, destinados à criação intensiva e confinada de animais, que na maioria dos casos são criados em outros continentes, privando a população nativa do acesso a alimentos sadios e culturalmente adequados. Nos países onde se cultivam soja e milho transgênicos, os animais são criados em condições sanitárias muito pobres e de grande violência, o que repercute na qualidade da carne, acarretando enormes impactos nos padrões de alimentação e na saúde humana e dos animais. Os transgênicos são um negócio de transnacionais para transnacionais, não para consumidores nem para agricultores. Os transgênicos são comida para comedouros, não para comedores; e, inclusive, deslocaram a criação tradicional de animais em países onde isso era costume, piorando a saúde, o ambiente e as economias de pequenos criadores.

As novas leis de sementes são um estímulo para a expansão dos transgênicos e uma ameaça para as sementes nativas. Na região, estão sendo promovidas novas leis de sementes, nas quais se introduz a penalização da circulação das sementes nativas que são a base da agricultura camponesa e familiar. Isso é uma clara violação dos direitos dos agricultores, claramente reconhecidos no *Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.* Essas leis ainda buscam reforçar o controle de mercado por parte das empresas transnacionais de sementes, e a adoção das sementes transgênicas em nossos campos, pondo em perigo os recursos fitogenéticos da região.

As organizações reunidas em Bogotá queremos chamar a atenção sobre as seguintes problemáticas específicas na América Latina:

Paraguai. Repudiamos o golpe de Estado parlamentar ocorrido em 22 de junho de 2012, dado ao presidente Fernando Lugo, eleito em 20 de abril de 2008 em eleições democráticas para o período 2008-2013. Consideramos que esse golpe foi muito relacionado com a expansão dos agronegócios e a liberação ilegal de novos cultivos geneticamente modificados, por exemplo: 2 eventos de algodão transgênico, um evento de soja transgênica e 4 eventos de milho transgênico.

Preocupa-nos, ainda, o forte processo de estrangeirização da terra, com a expulsão de comunidades camponesas e indígenas, e a violação das leis ambientais vigentes nesse país para abrir espaço à expansão dos cultivos transgênicos como, por exemplo, a soja RR, que, desde a década de 90, vem causando graves conflitos socioambientais violando direitos fundamentais.

Fazemos um apelo ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para que inicie uma investigação sobre os atropelamentos dos direitos humanos provocados no Paraguai relacionados com a expansão dos agronegócios; a perseguição e criminalização sofridas pelos/as líderes defensores da natureza, e convocamos a sociedade internacional para que esteja alerta aos acontecimentos nesse país.

México. Apoiamos e nos solidarizamos com o processo do Tribunal Permanente dos Povos capítulo México, e estaremos especialmente atentos às sessões da audiência temática "Violência contra o milho, a soberania alimentar e os direitos dos povos", nas quais está sendo apresentada uma grande quantidade de casos e testemunhos de povos, cientistas e ativistas sobre a contaminação transgênica e outras violações praticadas pelas transnacionais, com apoio oficial, contra o milho e os povos do milho.

Aderimos à demanda das e dos cidadãos mexicanos de evitar o plantio comercial e experimental de organismos geneticamente modificados, em especial do milho transgênico, sendo o México um dos países que são centro de origem do milho.

Respaldamos os argumentos e elementos de peso científico, socioeconômico, cultural e de dano irreversível dos transgênicos, expostos na rede pela União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade (UCCS) e por outras organizações científicas e sociais, aderindo à petição para que não seja autorizado o plantio comercial de milho transgênico no México e seja declarada uma moratória indispensável a esse cultivo. Apoiamos também que sejam retiradas as autorizações de plantio comercial de soja transgênica em Yucatán, em face do impacto negativo para os milhares de apicultores que são afetados pela limitação de venda de mel à Comunidade Europeia, devido à contaminação transgênica.

Argentina. Rejeitamos o avanço da fronteira agrícola no Norte do país, que acarretou um agressivo processo de deslocamento e criminalização de populações originárias, que deve parar.

Rejeitamos a aprovação e liberação de novos eventos transgênicos que incorporam genes de resistência a novos herbicidas piramidados, assim como novas toxinas Bt. Apoiamos a petição das organizações ambientalistas, grupos autoconvocados de vizinhos afetados pelos agrotóxicos e movimentos sociais argentinos para que sejam implementadas, urgentemente, zonas de proteção livres de pulverizações, de mil metros no mínimo, ao redor de povoados, escolas rurais e banhados; sejam proibidas as pulverizações aéreas, e implementados estudos epidemiológicos e biológicos para determinar o impacto na saúde humana e ambiental pelo uso massivo de agroquímicos; que, com base nos resultados encontrados, inicie-se um processo de restauração integral das vítimas.

Repudiamos o acordo feito pela presidente argentina com a Monsanto para instalar nova infraestrutura no país, como a fábrica de acondicionamento de sementes planejada na localidade Malvinas Argentinas-Córdoba, e outras.

Honduras. Temos conhecimento da campanha *"sembremos país con más maíz"* [semeemos o país com mais milho], para plantar 100 mil hectares de milho transgênico no ano de 2020, promovida pela Monsanto Agrícola de

Honduras, Bayer, Fenorza e pelo governo central, com a qual se pretende consolidar o posicionamento da semente transgênica em território hondurenho e estender um pacote tecnológico que inclui agrotóxicos, que estimula uma agricultura sem agricultores, sem se importar com os graves impactos que esse tipo de agricultura causa à saúde e ao ambiente, e que aumentará a insegurança alimentar do povo hondurenho, por isso pedimos ao governo de Honduras que pare com tão nefasta iniciativa, e que se dê um basta definitivo aos transgênicos em Honduras.

Queremos questionar ainda o papel que desempenha a Escola Agrícola Panamericana, mais conhecida como El Zamorano, que serve de ponta de lança para a promoção dos transgênicos nas regiões tropicais da América Latina. Em sua sede se formam técnicos, e se desenvolvem as tecnologias que estão a serviço do agronegócio.

Costa Rica. Apoiamos as organizações sociais da Costa Rica que optaram por um modelo de desenvolvimento agrícola livre de transgênicos e propriedade intelectual e baseado na agroecologia e nas sementes ancestrais e crioulas; e todos os 57 cantões (do total de 81) que se declararam livres de transgênicos. Repudiamos o propósito de empresas transnacionais de plantar milho transgênico nesse país e apoiamos o apelo à moratória de 30 anos à liberação de cultivos transgênicos e demais cultivos manipulados com técnicas da engenharia genética no território nacional, pedida pelas organizações sociais.

Panamá. Preocupa-nos o Panamá estar se transformando em campo de experimentação de novos transgênicos, o que está sendo feito pelas costas da sociedade. No Panamá está a fábrica para produzir mosquitos transgênicos da empresa Oxitec, que opera nas instalações do Instituto Georgas.

Nesse país também se planeja criar o salmão transgênico desenvolvido pela AquaBounty Technologies, e seria o primeiro animal transgênico que entraria em nossa alimentação. O salmão GM seria produzido na Ilha Prince Edward, Canadá, e os ovos seriam enviados para terras altas do Panamá, onde se faria também o processamento do animal. Esse peixe transgênico tem genes que expressam um hormônio de crescimento que só se ativa em climas quentes, por isso se escolheu o Panamá para sua criação.

Colômbia. Dez anos depois de ser liberado comercialmente o algodão transgênico da Monsanto, os algodoeiros fracassaram usando essa tecnologia e tiveram perdas milionárias. E, apesar da maioria dos agricultores já não querer saber dessa tecnologia, a Monsanto retirou do mercado as sementes de algodão não transgênicas. Desde 2007, foram liberados comercialmente dez eventos de milho transgênico, o que é muito crítico, pois como a Colômbia é um centro de diversidade de milho, os milhos transgênicos geram um enorme impacto sobre a diversidade de milhos crioulos, os sistemas produtivos locais e a soberania alimentar no país. Apoiamos as iniciativas da sociedade civil colombiana, que busca que se proíbam os cultivos aprovados e que se declare o país livre de transgênicos.

Equador. Saudamos o povo equatoriano por ter incorporado em sua Constituição uma proibição expressa aos cultivos e sementes transgênicas, pelo reconhecimento dos direitos da natureza e do bem viver como o caminho

que deve relacionar a sociedade com seu meio. Preocupa-nos, no entanto, que, em um futuro próximo, tente-se mudar a Constituição para que o país deixe de ser livre de cultivos e sementes transgênicas. Os estudos feitos dão conta da rica agrobiodiversidade existente, que não está contaminada geneticamente, pelo que o Equador mantém sua condição de país livre de transgênicos. Exortamos à Assembleia Nacional que mantenha o Equador livre de Transgênicos.

Peru. Recebemos com beneplácito a moratória decretada, no Peru, aos transgênicos nesse país, e fazemos votos de que essa moratória se converta numa proibição definitiva, que permita potencializar a rica agrobiodiversidade peruana. A moratória é o resultado do trabalho realizado por uma ampla aliança que inclui o campesinato, os consumidores e o setor de gastronomia conscientes da necessidade de proteger seu patrimônio genético e sua biodiversidade.

Bolívia. A situação não deixa de ser preocupante. Apesar de a Constituição Política do Estado estabelecer o princípio proibitório de transgênicos, e a Lei Marco da Mãe Terra, a eliminação paulatina da soja transgênica (assim como a proibição terminante dos transgênicos de cultivos dos quais o país seja centro de origem e centro de diversidade, como é o caso do milho, da batata, de pimentas, do amendoim), as corporações do agronegócio se gabam do crescimento contínuo (que chegaria a 99% da soja cultivada) desde 2005, quando foi aprovado o primeiro evento resistente ao glifosato. O controle da cadeia produtiva da soja está em mãos de empresas estrangeiras — 66% principalmente menonitas, brasileiros e japoneses — que ampliam a fronteira agrícola num ritmo de desmatamento de 60 mil hectares ao ano.

Uruguai. Fazemos um apelo para que se freiem a monopolização, a estrangeirizacão e a especulação da terra no Uruguai, processo que vem acompanhado pela expansão do monocultivo de árvores e soja transgênica, e que seja feito um estudo para reverter esse fenômeno. Repudiamos as pesquisas com animais transgênicos, como ovelhas, no Uruguai.

Brasil. Os brasileiros analisam os 10 anos da legalização dos cultivos transgênicos no Brasil, com 36 eventos transgênicos aprovados, milhões de hectares cobertos com soja, milho e algodão transgênicos, com vários outros cultivos na lista de aprovação e ostentando a honra duvidosa de ser o primeiro consumidor de agrotóxicos no mundo.

Preocupa-nos a aprovação do feijão geneticamente modificado, desenvolvido pela Embrapa usando uma técnica que modifica o RNA, para que seja resistente a um vírus, porque esse tipo de modificação genética nunca foi liberado de maneira massiva no ambiente, e muito menos para o consumo humano direto. Apoiamos a petição das organizações brasileiras que demandam acesso a toda a informação científica relacionada com a modificação genética desse feijão, incluindo seus impactos potenciais à saúde e ao ambiente.

Cremos que a fome tem causas estruturais, e que a Embrapa poderia destinar seus esforços de pesquisa para potencializar a agroecologia e a

agricultura familiar para a soberania alimentar, que seja respeitosa com o meio ambiente, e tenha em conta o setor social.

Apoiamos a petição das organizações brasileiras, que demandam que se implemente um processo de monitoramento e vigilância pós-liberação dos cultivos transgênicos, cujos resultados estejam disponíveis para a sociedade civil organizada.

Opomo-nos terminantemente ao uso de tecnologias "Terminator", que tornam as sementes estéreis, para conseguir que os agricultores se tornem escravos das empresas. Denunciamos as tentativas de romper a moratória internacional sobre Terminator, iniciadas a partir de propostas no Congresso do Brasil para legalizar essa tecnologia.

Chile. Na divisão internacional do trabalho, o Chile é a maquiladora de sementes transgênicas para a Monsanto e para as transnacionais do setor agroquímico, negócio que além de servir apenas aos interesses delas, põe em risco as sementes orgânicas e convencionais, como já ficou provado na Alemanha, com a detecção de milho convencional, procedente do Chile ,contaminado por transgênicos assim como ocorreu com o mel.

Apoiamos as lutas camponesas, ambientais e sociais em curso, que buscam impedir o avanço do projeto de Lei de Obtentores Vegetais, para deter o roubo do patrimônio genético do Chile e de seus povos camponeses e indígenas, e evitar a expansão dos cultivos transgênicos para o mercado interno.

Venezuela. Saudamos os esforços que estão sendo levados a cabo na Assembleia Nacional da Venezuela que busca garantir a soberania alimentar e impedir o uso de transgênicos no país.

Apesar de todos esses problemas, em nosso continente sobrevive uma rica cultura camponesa que é a que alimenta 70% da população. Em seus territórios se conserva a mais rica agrobiodiversidade do planeta que está em contínuo processo de renovação. Aqui se estendem os maiores territórios cobertos com florestas tropicais, assim como de outros importantes ecossistemas.

Por uma América Latina Livre de Transgênicos
e pela revitalização da agricultura camponesa e familiar

A República Unida da Soja atualizada

GRAIN

Em 2003, a corporação Syngenta publicou um anúncio com propaganda de seus serviços nos suplementos rurais dos jornais argentinos *Clarín* e *La Nación,* batizando com o nome de "República Unida da Soja" os territórios do Cone Sul nos quais se plantava soja — integrados por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Desde então, essa declaração explícita de

neocolonialismo ficou como “marca de fábrica” do projeto que as corporações estavam implementando.

Em 2012 ocorreu nesses países uma investida das corporações do agronegócio sobre os territórios e as instituições, impondo novos transgênicos, maiores riscos por aplicação de agrotóxicos e mudanças nas políticas que só têm precedentes na primeira imposição dos transgênicos, durante a segunda metade dos anos 1990. Esse novo avanço das corporações se dá em um quadro diferente, já que agora ocorre com a presença em toda a região (pelo menos até junho do ano passado) de governos “progressistas” críticos do neoliberalismo e que, em algumas de suas políticas, começaram a modificar as políticas neoliberais impostas nos anos 90, com uma maior presença do Estado regulando a economia e assumindo um papel ativo em aspectos sociais, educativos e sanitários.

No entanto, não só não houve em todo esse tempo uma mudança de modelo agrícola e da produção de alimentos, nem uma autocrítica sobre os problemas produzidos pela implantação massiva do cultivo de soja transgênica com altos níveis de uso de agrotóxicos. Mas, ao contrário, o modelo vai se consolidando e é defendido veementemente por todos os governos da região que o assumem como política de Estado, em todos os casos. Os graves problemas que surgiram ou se agravam, tais como os impactos dos agrotóxicos, os deslocamentos de camponeses e povos originários, a concentração da terra ou a perda de produções locais, são considerados “efeitos colaterais” e abordados, quando a pressão social consegue isso, de maneira fragmentada e parcial. Não incluímos nesta análise a Bolívia, pois, apesar de a região da *Media Luna*, com Santa Cruz da Serra à frente, ser parte da República Unida da Soja, as posições, políticas e debates apresentados pelo governo de Evo Morales se diferenciam amplamente do resto dos governos (e isso lhe traz o confronto com esses setores do poder da *Media Luna* que expuseram claramente sua intenção separatista).

Esse avanço foi consolidando a imposição do modelo produtivo dos agronegócios, e o Cone Sul se converteu na região onde são plantados mais transgênicos no mundo e na qual se aplica a maior quantidade de agrotóxicos *per capita* em nível global. Queremos oferecer algumas luzes que ajudem a compreender como se está produzindo esse avanço e suas consequências em nível das comunidades camponesas e da sociedade em geral.

Os impactos do “modelo” não reconhecem fronteiras entre o campo e a cidade e são sentidos profundamente em ambos os espaços: as populações pulverizadas nos territórios rurais e nas periferias das cidades, as camponesas e camponeses deslocados que dia a dia migram para engrossar os cinturões de pobreza das grandes cidades, as economias regionais destruídas resultando nos altos preços dos alimentos nas cidades, os alimentos contaminados tornando doentes uns e outros. Enfim, uma catástrofe socioambiental ampla e que já não permite “olhar para outro lado”.

Os responsáveis por essa cadeia destrutiva são poucos e têm nome e sobrenome: Monsanto e algumas corporações biotecnológicas mais à frente (Syngenta, Bayer); proprietários de terras e *pools* de plantio que controlam milhões de hectares (Los Grobo, CRESUD, El Tejar, Maggi são alguns dos principais); Cargill, ADM e Bunge transportando os grãos para o outro lado do mundo. E, é claro, os governos de cada um dos países que apoiam entusiasticamente esse modelo. A eles se somam um grande número de

empresas que aproveitam a “onda” e fornecem serviços, maquinaria agrícola, pulverizações de agrotóxicos, insumos, etc.

Em números concretos, essa região cobre atualmente uma superfície de mais de 46 milhões de hectares de monocultivo de soja transgênica, pulverizados com mais de 600 milhões de litros de glifosato, e provoca um desmatamento de — no mínimo — 500 mil hectares por ano.

Apesar de as consequências desse modelo se expressarem em nível regional de forma contundente e interconectada, tentaremos dissecar seus impactos para analisá-los em profundidade. O pano de fundo do golpe de Estado no Paraguai é inevitável, pois é ali que os poderes fáticos atuaram de maneira mais brutal e explícita. Contudo, seu caráter exemplificador é válido para toda a região e, sem dúvida, tentou marcar um rumo e um limite para os governos da região.

Repassemos uma lista de dez (com complementos) dos resultados concretos e indiscutíveis dessa última investida do agronegócio.

O agronegócio mata. Esse fato se expressou de maneira contínua durante estes últimos anos, mas foi no Paraguai que seus impactos recentes foram sentidos mais duramente. Talvez possamos localizar o pico de violência no massacre de Curuguaty, cometido em 15 de junho de 2012, no qual — e como resultado de tensões e repressão estatal e paraestatal — morreram onze camponeses e seis policiais. O massacre foi utilizado para empreender o julgamento político e dar o golpe institucional que acabou com a gestão do presidente Lugo.

Antes do Golpe, e ainda mais posteriormente, desencadeou-se uma onda repressiva sobre os dirigentes camponeses que — na nova etapa — começou a se manifestar sob a forma de assassinatos seletivos que tiraram a vida dos líderes camponeses Sixto Pérez, Vidal Vega e Benjamín Lezcano, alvejados em um período de 8 meses do governo de Federico Franco. A Conamuri (Coordenadora Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas) disse que no caso do assassinato de Benjamín Lezcano se observa “o mesmo *modus operandi* que se praticou nos casos de Sixto Pérez — em 1° de setembro passado, em Puentesiño (departamento de Concepción) — e de Vidal Vega — em 1° de dezembro último, em Curuguaty (departamento de Canindeyú). O objetivo, igualmente, parece ser comum: acabar com as lideranças das organizações camponesas”.

Na Argentina, durante os últimos três anos, foram cometidos, em Santiago del Estero, três assassinatos de camponeses ligados diretamente ao avanço do modelo sojeiro (Sandra Ely Juárez, Cristian Ferreyra e Miguel Galván), e, nas províncias de Formosa e Salta, a perseguição às comunidades é permanente e continuada.

No Brasil, também, o movimento camponês e especialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) têm sofrido a violência do agronegócio, e, recentemente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou um relatório preliminar da violência em 2012 contabilizando 36 mortes motivadas por conflitos agrários. Em 2013, até o início de junho, já são três os dirigentes do MST assassinados (Cícero Guedes dos Santos, Regina dos Santos Pinho e Fabio dos Santos Silva).

Tudo no contexto de um avanço na criminalização das lutas sociais que se expressa não só na perseguição e estigmatização dos movimentos, mas

também em forma concreta no avanço de leis repressivas. O caso da aprovação da lei antiterrorista na Argentina, em dezembro de 2011, se soma às leis já existentes em vários dos países da região.

O agronegócio contamina. Uma das grandes mentiras utilizadas pelas corporações, pela mídia e por um setor da academia para justificar a introdução das sementes transgênicas foi que estas ajudariam a empregar menos agrotóxicos na agricultura. Tal qual muitas organizações anunciaram durante as últimas duas décadas, a realidade mostrou absolutamente o contrário, e, hoje em dia, o aumento do uso de agrotóxicos é cada vez mais alarmante, e seus impactos em toda a região são cada vez mais difíceis de ocultar.

Tudo isso não deve nos surpreender se admitimos o fato evidente de que quem impulsiona as sementes transgênicas são as corporações dedicadas à venda de agrotóxicos, encabeçadas pela Monsanto, e que as sementes transgênicas mais cultivadas têm como característica diferencial a resistência a herbicidas.

O Brasil está à frente nas estatísticas. Desde 2008 é o maior consumidor *per capita* de agrotóxicos do mundo e é responsável por 20% de todos os agrotóxicos usados no planeta. Seu consumo *per capita* é de 5,2 litros de agrotóxicos a cada ano. A quantidade assustadora de 853 milhões de litros de agrotóxicos empregados durante 2011, com um crescimento do mercado brasileiro de 190% na última década, é mais que significativo. Cerca de 55% desse consumo de agrotóxicos foi empregado no cultivo de soja e de milho, sendo a soja responsável por 40% do consumo total. Somente o glifosato representa cerca de 40% do consumo de agrotóxicos no Brasil.

A Argentina não ficou atrás. Durante o ano de 2011 foram aplicados 238 milhões de litros de glifosato, que implica num aumento de 1.190% em relação à quantidade utilizada no ano de 1996, ano em que foi introduzida no país a soja transgênica resistente ao glifosato.

No Paraguai, que é o sexto produtor mundial de soja transgênica, o uso de , segundo dados de 2007, significou a aplicação de mais de 13 milhões de litros desse agrotóxico.

No Uruguai, também junto com o avanço da soja transgênica, os números alcançam, em 2010, mais de 12 milhões de litros. É justamente no Uruguai que, atualmente, e devido à contaminação da água em Montevidéu, a população urbana está começando a reagir alarmada diante da falta de disponibilidade de água potável.

O balanço regional nos permite supor, por baixo, o uso de mais de 600 milhões de litros de glifosato, quantidade impressionante e que está relacionado às inúmeras denúncias que ocorrem a cada dia em função dos danos já mencionados à saúde, aos ecossistemas, à agricultura e às comunidades provocados por tal banho de agrotóxicos.

O glifosato, amplamente difundido pela Monsanto por sua “baixa toxicidade”, está sendo questionado por diversos motivos, entre os quais devemos destacar:

* Já é impossível de ocultar o impacto nas comunidades, e são milhares as pessoas que, dos “povoados pulverizados”, denunciam os problemas de saúde que sofrem por causa de sua aplicação: nascimentos

com aumento de malformações, intoxicações agudas fatais, problemas respiratórios, doenças neurológicas, aumento dos casos de câncer, abortos, doenças de pele.

* As pesquisas científicas confirmam isso. Nos últimos anos, os estudos que vinculam o glifosato com o desenvolvimento de tumores e malformações no desenvolvimento de embriões foram publicados nas mais importantes revistas científicas.

* Os efeitos sobre a saúde dos "coadjuvantes" usados na preparação do Roundup, principalmente o surfactante Poea (polioxietilamina), também estão comprovados, e ele está associado com dano gastrointestinal e dano ao sistema nervoso central, problemas respiratórios e destruição de glóbulos vermelhos em humanos.

* Os danos ambientais do glifosato também estão amplamente confirmados na realidade dos territórios e nas pesquisas realizadas: seu vínculo com a destruição de biodiversidade é inegável, ao mesmo tempo que seu efeito tóxico sobre anfíbios está comprovado e publicado.

Porém, tão graves quanto esses números são os do aumento do uso de outros agrotóxicos associados ao glifosato para compensar sua falta de ação diante do surgimento inevitável de ervas espontâneas resistentes. Foi assim que o emprego do paraquat cresceu, chegando a se utilizar 1,2 milhões de litros na Argentina e 3,32 milhões de litros nos cinco países produtores de soja. É importante lembrar que o paraquat está vinculado a desordens neurológicas e, por essa razão, foi proibido em 13 países da União Europeia em 2003.

Sem nenhuma dúvida, o uso de agrotóxicos é outra das formas que o agronegócio tem para matar.

O agronegócio impõe os transgênicos. A introdução de novos transgênicos ligados ao uso de novos agrotóxicos é parte da estratégia das corporações e esteve na ordem do dia durante o ano de 2012.

O anúncio oficial da presidente argentina Cristina Fernández no *Council of Americas*, em 15 de junho de 2012, sobre os novos investimentos da Monsanto na Argentina prenunciava o que se tornaria, durante o resto do ano, uma enxurrada de projetos, anúncios e tentativas de modificação da legislação que marcou a agenda oficial e corporativa durante os meses seguintes.

Em agosto de 2012, o Ministro da Agricultura Norberto Yahuar anunciou junto a executivos da Monsanto a aprovação da nova soja rr2 "Intacta", que traz como novidade acumular a resistência ao glifosato com a produção da toxina Bt. A única novidade é a junção das duas únicas características que a indústria biotecnológica conseguiu colocar no mercado em 20 anos de existência.

Além disso, existem aprovações e ensaios a campo de outros transgênicos, entre os quais se destacam os de soja e milho resistentes a novos herbicidas, entre eles o glufosinato e o 2,4 D.

Andrés Carrasco, pesquisador do CONICET (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas) da Argentina, expunha a problemática com clareza há poucos meses: “há um aspecto interessante a considerar de imediato na Argentina: 5 desses 10 eventos transgênicos aprovados, 3 de milho e 2 de soja, combinam a resistência ao glifosato com outra ao glufosinato de amônio (um bloqueador da síntese do aminoácido glutamina) para reforçar os efeitos daquele. A necessidade de associar nas novas sementes o glifosato com o glufosinato revela as inconsistências da tecnologia dos transgênicos, tanto em sua construção como em seu comportamento através do tempo. Porém, se continua indo adiante, tentando remediar as debilidades conceituais da tecnologia transgênica com soluções que tendem a ser cada vez mais perigosas”.

No Paraguai, poucos meses depois do golpe institucional, o Ministério da Agricultura aprovou o milho transgênico, que vinha sofrendo resistência das autoridades do governo deposto e que enfrenta uma rejeição explícita e contundente por parte das organizações camponesas, devido à ameaça que representa para as muitas variedades locais de milho cultivadas por povos indígenas e camponeses. Assim, em outubro de 2012, foram aprovadas quatro variedades de milho transgênico, da Monsanto, da Dow, da Agrotec e da Syngenta. Já no mês de agosto, o presidente de fato, Franco, tinha autorizado por decreto a importação de sementes de algodão Bt-rr, provando claramente para quem governava.

No Brasil, a escalada começou no final de 2011, com a aprovação, por parte da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), do primeiro feijão transgênico comercial “totalmente desenvolvido no Brasil” e resistente ao vírus do mosaico dourado do feijão. Esse evento, por ser desenvolvido por uma instituição pública como a Embrapa e por possuir características diferentes dos transgênicos mais difundidos (Bt e rr), foi utilizado como bandeira pró-transgênica, destacando sua importância “social e alimentícia”. No entanto, sua aprovação é fortemente questionada por funcionários públicos, pela comunidade científica e pela sociedade civil. Renato Maluf, [ex] presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), questiona sua rápida liberação em relação ao princípio da precaução. “Achamos que é uma temeridade a pressa em liberar um produto que será consumido por toda a população e sobre o qual não temos certeza de segurança alimentícia e nutricional”, lamentou. Ana Carolina Brolo, assessora jurídica da organização humanitária Terra de Direitos, concordou com Maluf ao destacar que “foi uma aprovação comercial que teve como característica a falta de respeito à legislação nacional e internacional de biossegurança”.

O balanço geral é que a avalanche de novos transgênicos se intensificou, e, na maioria dos casos, a mesma implica seu cultivo ligado a agrotóxicos, em alguns casos os mesmos que já estão sendo utilizados (principalmente o glifosato), e, em outros, a introdução de novos herbicidas ainda mais tóxicos e perigosos (dicamba, glufosinato, 2,4 D). No Brasil, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), integrante da Via Campesina, denunciou, em abril de 2012, a pronta aprovação de sementes transgênicas de soja e milho resistentes ao herbicida 2,4 D (17). Essas mesmas sementes já se encontram em etapa de experimentação a campo na Argentina.

O agronegócio se propõe ter o controle absoluto das sementes. A imposição de novas leis de sementes também esteve na ordem do dia em toda a América Latina, mas teve na Argentina um dos focos de ação mais visíveis e ativos, e com uma ligação direta com o acordo com a Monsanto mencionado anteriormente. No mesmo dia do anúncio da aprovação da soja rr2 “Intacta”, o Ministro da Agricultura anunciou o envio de um Projeto de Lei de Sementes para que fosse tratado no Congresso antes do final do ano de 2012.

O projeto nunca se tornou oficialmente público, nem foi submetido a um debate amplo, mas foi discutido a portas fechadas dentro do Ministério da Agricultura por uma parte dos setores do agronegócio argentino. Seu conteúdo foi além das fronteiras do Ministério, e sua análise permitiu confirmar o que já se podia presumir após o anúncio oficial: a nova lei busca subordinar a política nacional de sementes às exigências da UPOV e das transnacionais.

O Movimento Nacional Camponês Indígena (MNCI) denunciou que “A lei proposta não protege os conhecimentos nem a biodiversidade, mas: apenas fomenta a privatização e protege a propriedade sobre o que é um patrimônio coletivo dos povos, especialmente das comunidades camponesas e dos povos indígenas; abre as portas para que se aprofunde a expropriação e privatização da biodiversidade agrícola e silvestre da Argentina; torna ilegal ou restringe seriamente práticas vigentes desde os primórdios da agricultura, como o selecionar, melhorar, obter, guardar, multiplicar e intercambiar sementes livremente a partir da colheita anterior; fortalece as condições para que se aprofunde a introdução de novos cultivos transgênicos e sua expansão, ao outorgar propriedade sobre variedades sem exigir prova efetiva de melhoramento e com base na simples expressão de um caráter; e outorga às empresas de sementes o poder de polícia, já que deixa em suas mãos o garantir que as disposições da lei sejam observadas adequadamente.

A mobilização de diversos setores conseguiu adiar sua apresentação e debate no Congresso Nacional; mas a ameaça permanece latente.

Controlar esse primeiro elo da agricultura é um dos principais objetivos das corporações para se apoderar de todo o sistema agroalimentar e garantir, assim, um monopólio sem falhas. É claro que esse controle impacta diretamente os povos, impedindo-os de exercer a soberania alimentar e condenando milhões à fome.

O agronegócio destrói as florestas. O desmatamento em toda a região adquiriu proporções dramáticas e, mesmo com medidas que procuram detê-lo (como a Lei de Florestas na Argentina ou as regulamentações geradas no Brasil), não só não parou, mas se intensificou nos últimos anos, tendo como principal estopim o avanço da fronteira agrícola (ou o deslocamento da fronteira pecuária, como consequência).

O Brasil é o primeiro no *ranking*, com 28 milhões de hectares de perda líquida de florestas no período de 2000-2010, com o desaparecimento de 641.800 hectares de floresta amazônica entre agosto de 2010 e julho de 2011, festejado como um grande triunfo pelas autoridades nacionais.

Os números da Argentina mostram que “entre 2004 e 2012 os tratores arrasaram 2.501.912 hectares, o equivalente a 124 vezes a superfície da Cidade de Buenos Aires. Outra forma de dizer o mesmo: na Argentina foram arrasados 36 campos de futebol por hora. Os dados provêm de levantamentos oficiais e de ONGs. O último informe da Secretaria de Ambiente da Nação

destacou o período 2006/2011 e contabilizou que foram arrasados 1.779.360 hectares de mata nativa".

No Paraguai, a situação é talvez uma das mais graves em termos de percentual de desmatamento: por um lado, o desmatamento histórico na região oriental, que significou que entre 1945 e 1997 se perderam 76,3% da cobertura florestal original por sua conversão em terras para a produção agropecuária. E por outro, o atual desmatamento na região ocidental (floresta chaquenha), onde o ano de 2011 terminou com uma perda de 286.742 hectares de florestas, o que superou em 23% o total de 232.000 hectares desmatados durante 2010.

Uma olhada geral nesta tragédia nos permite ter uma dimensão melhor do que ocorre: um estudo publicado pela FAO em 2011 mostra que a média anual de perda líquida de florestas no período de 1990 a 2005 é de cerca de 5 milhões de hectares (no mundo), dos quais 4 milhões se encontram na América do Sul.

Aqui o agronegócio volta a matar: os ecossistemas únicos da região e todos os povos que durante milênios viveram, cresceram e conviveram com as florestas, cuidando delas e alimentando-as.

O agronegócio concentra a terra em poucas mãos. A concentração da terra é outro dos fenômenos que caracterizam a implantação da soja transgênica em todo o Cone Sul. Países nos quais a concentração da terra já era enorme viram durante estes anos que essa concentração se aprofundava e reduzia o número de mãos que a controlavam.

O Paraguai, um dos países com pior distribuição da terra na América Latina, foi onde o impacto se fez sentir mais, e hoje ostenta o número impressionante de 2% dos produtores controlando 85% da superfície agrícola. Essa situação se agrava ainda mais quando, a partir dos países vizinhos — fundamentalmente o Brasil, mas também a Argentina — se está produzindo uma investida sobre seus territórios para avançar com o cultivo de soja transgênica.

Vejamos alguns dos números em cada um dos países:

* No Paraguai, em 2005, 4% dos produtores de soja plantaram 60% do total da superfície com esse cultivo.

* No Brasil, em 2006, 5% dos produtores de soja plantaram 59% do total da área dedicada a esse cultivo.

* Na Argentina, em 2010, mais de 50% da produção de soja foi controlada por 3% do total de produtores, através de áreas com mais de 5 mil hectares.

* No Uruguai, em 2010, 26% dos produtores controlaram 85% do total de terras com soja. Nesse mesmo ano, 1% do total dos produtores assumiu 35% da superfície cultivada com soja.

O modelo imposto significou uma profunda transformação na forma de concentração da terra, já que atualmente e em sua maior parte esta não é

adquirida, mas sim arrendada pelos grandes produtores. Por outro lado, os produtores já não são pessoas físicas identificáveis, mas *pools* de plantio alimentados principalmente por grupos de investimento especulativo.

As consequências para as comunidades locais, camponeses e povos indígenas são sempre as mesmas: a expulsão de seus territórios, em muitíssimos casos mediante o uso direto da violência.

Apesar de os números de expulsos serem díficeis de avaliar, porque não existem estatísticas precisas para cada país e muito menos em nível regional, alguns pesquisadores encontraram, por exemplo, que no Paraguai, como consequência do avanço da soja para alcançar os 4 milhões de hectares que o agronegócio se propõe, levaria a uma quantidade de famílias camponesas expulsas que alcançaria o número de 143 mil, mais da metade das 280 mil propriedades com menos de 20 hectares registradas no senso agropecuário de 1991. Para a Argentina, esse modelo gerou um êxodo rural sem precedentes, que até 2007 já implicava a expulsão do campo argentino de mais de 200 mil agricultores e trabalhadores rurais com suas famílias. No Brasil, desde a década de 1970, a produção de soja deslocou 2,5 milhões de pessoas no Paraná e 300 mil no Rio Grande do Sul.

O agronegócio como o ditador na República Unida da Soja. O golpe institucional no Paraguai demonstra que o agronegócio, com as corporações atuando junto aos proprietários de terras e cúmplices em nível nacional, não se detém frente aos avanços e os limites que, mesmo timidamente, alguns governos tentam organizar.

No Paraguai, o governo do presidente Lugo, mesmo com minoria parlamentar, tentou, a partir de algumas áreas do goveno (Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes-*Senave*), colocar limites a algumas questões graves como são os impactos das pulverizações e a aprovação de novos transgênicos, em especial o milho rr e o algodão Bt. Também estabeleceu um diálogo com as organizações camponesas na busca de frear a histórica violência existente no campo, fruto da tremenda concentração da terra que existe no país.

Os poderosos setores do agronegócio agrupados na UGP (União de Grêmios da Produção), que conta com o apoio de corporações como a Monsanto e a Cargill, deflagraram uma guerra contra as autoridades responsáveis dessas áreas, pedindo suas cabeças, e ameaçando e executando ações públicas nesse sentido.

O massacre de Curuguaty foi a desculpa que encontraram para — juntamente com seus aliados parlamentares — derrubar o presidente Lugo em menos de duas horas de sessão e assim impor seus interesses em todos os âmbitos.

Junto com o presidente Lugo saíram todos os funcionários comprometidos com esses processos de mudança, e rapidamente foram impostas as medidas que o agronegócio pretendia: fim dos limites para as pulverizações, aprovação de novos transgênicos, promessas de mudança na Lei de Sementes, etc.

A eleição que consagrou o empresário Horacio Cartés como novo presidente, levando o partido Colorado novamente ao governo, foi o último passo para consagrar a impunidade e o poder ilimitado do agronegócio.

No entanto, no resto dos países da região, também é evidente a situação — apesar de não apresentar a crua realidade do Paraguai — de que o agronegócio estabelece as políticas públicas nas questões referentes ao campo e à alimentação e interfere em qualquer tentativa de modificação das mesmas a partir de outras perspectivas diferentes das de seus interesses corporativos.

Tudo isso confirma algo que se faz evidente e se denuncia em nível global: a democracia é incompatível com o domínio corporativo, e é necessário desmantelar as estruturas deste para pensar e avançar em qualquer processo de democratização que privilegie o bem comum.

O agronegócio domina as instituições que regulamentam a ciência e a tecnologia nacionais. As universidades e institutos de pesquisa de toda a região, salvo honrosas exceções, estão colonizados pelo poder e pelos fundos das corporações do agronegócio, que os utilizam como mecanismo para impor seus transgênicos e seus modelos de produção industrializados.

Em 2012, veio a público e foi denunciado pela sociedade civil o acordo da Monsanto com o INIA (Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária) no Uruguai para incluir no germoplasma de soja local manipulado pelo instituto transgenes de propriedade da empresa. A assinatura do acordo foi questionada pela Comissão Nacional de Fomento Rural (CNFR), a agremiação que agrupa e representa os produtores familiares na Junta Diretiva do INIA, e por diversas organizações da sociedade civil, entre elas REDES-Amigos da Tierra. O convênio, não acessível ao público, suscitou um pedido de relatórios por parte de legisladores da Frente Ampla (FA).

Depois do golpe no Paraguai, o novo ministro de Agricultura e Pecuária do país guarani, Enzo Cardozo, anunciou que “O Paraguai vai produzir sua própria semente transgênica, que vai estar à disposição de todos os produtores”. A produção ficaria a cargo do Instituto Paraguaio de Tecnologia Agropecuária (IPTA), que receberia “transferência tecnológica” da Monsanto, para a qual o governo comandado pelo presidente de fato Federico Franco pagaria um montante a combinar.

Mas a Monsanto já tem acordos de “cooperação” com instituições públicas na Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil desde muito antes dessa última investida e as utiliza como mão de obra barata para suas pesquisas e como rede direta para realizar a “extensão rural” de seus transgênicos. Muitos dos funcionários políticos atuam como braço ideológico das corporações em suas tentativas de se impor, sendo um caso paradigmático o do Ministro argentino de Ciência e Tecnologia Lino Barañao, que não perde oportunidade de exercer seu descarado lobby pró-transgênico.

O agronegócio é mais uma forma de extrativismo que saqueia os territórios. A agricultura industrial é extrativista porque seus princípios se baseiam em considerar os solos um substrato inerte do qual se extraem nutrientes (proteínas e minerais) com base na utilização de tecnologia e produtos químicos, sem respeitar os solos como organismos vivos nem repor de forma natural os nutrientes extraídos.

Esse extrativismo se expressa de modo brutal com o cultivo de soja transgênica, pois nem o discurso do “plantio direto” pode encobrir a dura realidade de que a soja não devolve nem remotamente a quantidade de

nutrientes que extrai dos solos, nem pode o plantio direto sustentar a estrutura e capacidade de retenção de água dos mesmos.

Já compartilhamos em outros documentos a maneira como, na Argentina, são degradados os solos e extraídos milhões de toneladas de nutrientes e bilhões de litros de água.

Vejamos alguns dos números concretos somente para a Argentina (as quantidades não estão disponíveis para os outros países):

O monocultivo de soja repetido ano após ano nos campos produz uma intensa degradação dos solos com uma perda de 19 a 30 toneladas de solo em função do manejo, da declividade do solo ou do clima.

A soja produziu durante a temporada 2006/2007 (com uma produção de 47.380.222 toneladas) uma extração líquida de:

* 1.148.970.390 quilos de nitrogênio,

* 255.853.200 quilos de fósforo,

* 795.987.730 quilos de potássio,

* 123.188.580 quilos de cálcio,

* 132.664.620 quilos de enxofre e

* 331.660 quilos de boro.

Também com cada colheita de soja que se exporta se vão 42,5 bilhões de metros cúbicos de água por ano (dados da safra 2004/2005).

O agronegócio atua em cumplicidade com os grandes meios de comunicação de massa. Todo este processo de imposição conta, em toda a região, com um aliado poderoso: os meios de comunicação corporativos e dominantes que atuam como braço comunicacional incondicional do agronegócio (a única condição são as publicidades milionárias com que se enchem páginas e horas de rádio e televisão).

Os mecanismos com os quais funciona esta aliança se reduzem a algumas diretrizes básicas que podemos resumir em:

* A consideração absoluta da agroindústria como panaceia para a produção de alimentos criando uma ligação total com o “progresso”, o “desenvolvimento” e o bem-estar da sociedade.

* A cooptação do discurso do desenvolvimento sustentável para, a partir da propaganda, converter qualquer iniciativa em “sustentável” a partir de visões parciais e fragmentárias.

* A negação absoluta de todo debate ou informação sobre as lutas sociais de resistência, os debates científicos ou econômicos ou os impactos nas comunidades e no ambiente.

* A estigmatização e criminalização dos movimentos e organizações sociais, mostrando-os como “subversivos”, violentos, antissociais ou “presos ao passado”.

Talvez um dos países onde esta aliança é mais evidente seja o Paraguai, onde a mencionada UGP está vinculada ao Grupo Zuccolillo, dono do poderoso jornal ABC Color, que foi um dos meios a partir de onde se armou a campanha golpista contra Lugo. Zuccolillo também é presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa SIP.

O agronegócio muda o clima. O vínculo entre a crise climática que estamos sofrendo em nível global e a agricultura industrial está amplamente comprovado e apresenta números alarmantes: no mínimo, entre 44 e 57 % dos Gases de Efeito Estufa (GEE) se devem à cadeia de produção agroindustrial em suas diferentes etapas.

É evidente que um território onde a agricultura industrial foi imposta de maneira brutal tem que ser um dos principais contribuintes para esta crise global. Mas também fica evidente em toda a região que a conjunção dos problemas globais com aqueles regionais, tal como o desmatamento, está trazendo consequências gravíssimas, que são sofridas nas zonas rurais com extensos períodos de seca e ciclos de inundações, e, nas cidades, com chuvas, fenômenos climáticos extremos e inundações para os quais não existe infraestrutura capaz de conter, e cujas principais vítimas são justamente os expulsos do campo.

Considerações finais. Esta dramática realidade encontra em toda a região uma ampla e articulada mobilização que está enfrentando o despojo a partir da resistência local, da mobilização, da denúncia pública, da construção de alternativas e da luta em todas as frentes possíveis, que vão desde as vias legais até a desobediência civil e a recuperacão de territórios por parte das comunidades despojadas.

Apesar de ser certo que ainda existe uma grande fragmentação das lutas sociais, também é uma realidade que nenhuma delas fica só na análise, na mera luta pontual, mas se está construindo uma visão integral que põe a soberania alimentar no centro das lutas e a autonomia e o bem comum como horizontes.

Uma versão completa, com citações, está disponível em http://www.grain.org/es/article/entries/4739

Territorialidade, subsistência e vida digna

Documento de contexto geral das denúncias perante o
Tribunal Permanente dos Povos

Coletivo pela Autonomia, Grupo ETC, GRAIN

San Isidro, Jalisco, 27 de junho, 2013

Tentamos demonstrar que as empresas diretamente beneficiadas pelas ações de governo dos Estados, suas políticas públicas, suas reformas constitucionais, e suas legislações alavancadas com "tratados de livre comércio e cooperação" (e suas normas, padrões e regulamentações), destruíram as condições para que as pessoas gestionem seu entorno material e subjetivo; para que resolvam a subsistência mediante seus próprios meios individuais e coletivos, com criatividade e talento próprio. Isto acarreta uma fragmentação comunitária, a erosão das relações; a invasão, a devastação, o despojo e o monopólio dos territórios, a expulsão de pessoas e sua submissão extrema em trabalhos escravizantes e indignos. Esta destruição comunitária e territorial piora a cada dia. E aqueles que historicamente temos cuidado de nossos lugares pagamos as consequências: alguns lucram com o desastre. Quanto mais nos afetam, menos podemos cuidar de nosso lugar. As camadas de deterioração se sobrepõem até que nossos territórios se veem reduzidos a esqueletos disformes e se convertem em bairros inóspitos de cidades que crescem.

Os processos industriais que nos alienam violentam a escala dos processos naturais e sociais intervindo nos ambientes — do mais físico e "ambiental" como o desmatamento, a perfuração, a extração, a manipulação do solo e da água —, até os âmbitos mais vitais e íntimos dos indivíduos.

Para mostrar o contexto da forma mais completa possível, abrimos e flexibilizamos nossas definições: desde o mais íntimo — como o corpo das mães e seus filhos —, passando pelo exercício do espaço público compartilhado, como a mobilidade urbana, até o coração tangível de comunidades e povos em seus espaços vitais onde as chaves são a terra, a água, a floresta, as sementes, os saberes e o mesmo idioma.

Toda esta destruição torna impossível resolver por meios próprios o sustento e o cuidado da vida individual e coletiva — e sua transformação para um futuro aberto, justo e digno.

Que despojo mais brutal pode existir do que aquele que arranca a vida de alguém e a joga no lixo. A famosa acumulação inicial foi o despojo da terra — mas, com o andar da história, as pessoas foram despojadas dos frutos de seus esforços, foram exploradas em sua força de trabalho, e, hoje, é contínuo e incontrolável o monopólio de milhares de âmbitos do humano.

Com o passar dos séculos, as corporações (reforçadas pelas políticas neoliberais e dotadas de instrumentos governamentais de manobra, como os tratados de livre comércio, que legalizam e potencializam estas políticas e as tornam inflexíveis) tentaram nos arrancar de nossas fontes de subsistência — da terra, da água, das florestas, das sementes —, ou seja, de nosso território. Deterioram e arrancam nossos meios de subsistência (nossas estratégias e saberes) com os quais as comunidades conseguimos por séculos buscar e defender nosso centro de referência, nossa vida, nossa história, a justiça e nosso destino como comunidades e povos. A investida corporativa e governamental conseguiu durante períodos impedir e criminalizar justamente o

núcleo dos cuidados ancestrais que as comunidades conservamos cuidadosamente a fim de ser independentes e autônomas.

As corporações mantêm uma invasão desenfreada e perpétua dos territórios e buscam nos submeter com seus modelos autoritários de produção e distribuição, pretendendo claramente nos impedir o exercício de uma produção independente de alimentos, o cuidado e aproveitamento (a nosso modo) de nossos lugares de origem e vida comunitária, e isso destrói o significado de nosso espaço compartilhado, de nossos lugares de origem.

Como afirma Ivan Illich e nos recorda Jean Robert, “a era moderna é uma guerra sem trégua que há cinco séculos é levada a cabo para destruir as condições de subsistência do ambiente e substituí-las por mercadorias produzidas no âmbito do novo Estado-nação. Ao longo desta guerra, as culturas populares e suas áreas de subsistência — os domínios vernáculos [os territórios] — foram devastadas em todos os níveis”.

As pessoas migram (em busca de uma vida em outro lugar), porque perdeu sentido o que conseguiam em seu lugar de origem. E o poder lucra com essa fragilidade imposta aos expulsos. As pessoas que são expulsas engrossam o exército de operários precarizados, aumentam a população urbana e o crescimento das cidades com seus problemas, enquanto os territórios são invadidos para servir à agroindústria, ao extrativismo (principalmente à mineração), à especulação imobiliária e financeira, à bioprospecção, à economia verde, ao desenvolvimento turístico, à economia criminal ou ao destino dos resíduos tóxicos. A devastação extrema resultante é a soma das crises que isso desencadeia.

Este é a afronta principal: reclamamos que as condições impostas pelo Estado e pelas corporações nos impedem de resolver por nós mesmos o que nos diz respeito profundamente, nosso sustento, e tudo que nos dá sentido pessoal e comum. Impedem-nos de defender isso que reivindicamos como território: o ambiente vital para recriar e transformar nossa existência - esse espaço ao qual damos pleno significado com nossos saberes compartilhados. Sem esses saberes, como bem dizem os velhos das comunidades, os territórios não seriam senão lugares, seriam apenas paisagem.

O ataque então é que querem impedir de nos relacionarmos com nossa história de entendimento próximo com um espaço, com nossas terras, com a água, com a floresta, com nossas sementes, com nossos modos de nascer e parir e cuidar do nascimento, com nossas formas de cultivo, com nossos modos de cura, com nosso entendimento da alimentação, com nossas formas de nos mover e conviver em comunidade.

É um ataque integral contra nossas relações e nossa vida como um todo. Deveria ser classificado como um crime contra a humanidade, pois o despojo não é de uma só vez, mas acumulativo com o decorrer do tempo, e, às vezes, é inclusive irreversível. É um crime que cresce ao longo da própria história dos povos e das regiões. Não falamos de atos isolados, nem aleatórios. São ações sistemáticas, perpetradas com conhecimento prévio, e mediadas pela corrupção, tráfico de influências, omissão e desvio de poder em que o Estado privilegia os interesses corporativos enquanto obstrui os canais legais para que as pessoas busquem e obtenham a justiça.

Há muita gente a quem foi imposta uma devastação extrema. O círculo vicioso de sua condição é categórico. Fragilizar extremamente as pessoas afunda-as na escassez e na necessidade. Para muitos, parece que não resta

outra opção senão aceitar as condições de trabalho, moradia e exploração que as empresas impõem. A relação criativa entre as pessoas e seu território — que implica cuidados minuciosos para produzir os alimentos — se transforma para trabalho assalariado em condições de submissão semiescravizada para conseguir dinheiro com o qual comprar alimento para ter forças suficientes para manter seu trabalho e ganhar dinheiro para conseguir comida, e assim infinitamente.

Outros mais podem acabar trabalhando uma terra arrendada, que talvez antes tivesse sido sua. Talvez, na verdade, o que as pessoas arrendam seja sua possibilidade de trabalhar. Deixar de produzir os próprios alimentos, deixar de gerir com os próprios meios nosso ambiente de subsistência, provocou ao longo da história catástrofes tremendas em todas aquelas populações que não puderam impedi-lo. A guerra contra a subsistência impõe dependência, ignorância e esquecimento, submissão, fragmentação, ódio, privatização e perda de raízes.

Dependência porque, para que a subjugação seja eficaz, requer graus de precariedade e fragilidade nunca antes vistos. Hoje inclusive toda a atividade das empresas parece um novo feudalismo (com a agricultura por contrato, os pacotes tecnológicos e as sementes patenteadas). Está tudo preparado para promover o império das corporações erradicando a agricultura independente.

Ignorância e esquecimento porque, ao longo de séculos, continuam fazendo erodir, deliberadamente, os saberes e a confiança das comunidades em nossa memória. A própria memória de ter tido uma relação criativa com o ambiente pode desaparecer, pois se promove o esquecimento de que podemos apelar para nossos próprios mecanismos de sustentabilidade, e por isso não temos outra opção senão trabalhar para os outros, e não podemos senão recorrer a um pensamento industrializado, com reparações alheias, de especialistas ou daqueles que detêm o poder. Existe um ataque contra os cuidados característicos da integridade moral das comunidades.

O ataque se volta contra a cosmovisão, como se fosse meramente uma superstição ou um conjunto de rituais vazios, quando, na realidade, todas as razões hoje invocadas como “culturalistas” (o milho é nossa mãe, nossa irmã ou filha, por exemplo) são provas da relevância e pertinência de um ser como o milho (por exemplo) e da importância de todos os cuidados e estratégias antigas que funcionaram para os povos por milênios.

Submissão, porque aqueles que trabalham em escravidão ou em um trabalho assalariado têm dificuldade de romper o círculo e só buscam condições menos piores.

Fragmentação e ódio, porque as pessoas precarizadas são propensas a ignorar seus vizinhos, amigos e até sua família, traindo ocasionalmente seu senso mais profundo de ética e respeito. Tornando-se vil a ponto de perpetrar atos de violência inomináveis. Em sua versão cotidiana e leve, as pessoas ficam propensas a aceitar os programas de governo, programas que, de novo, promovem divisionismo, dependência e submissão.

Privatização e mais fragmentações, porque as pessoas se veem impedidas de exercer os âmbitos comuns (até o ponto da criminalização inclusive, como agora com as sementes). Tudo é privatizado: das fontes de água à educação e à religião, passando pelos espaços públicos nas cidades, ou pela velocidade de circulação permitida. As mães são condenadas a parir em condições alheias, impostas, cuja artificialidade fragmenta a relação estreita com seus recém-nascidos na amamentação, e se veem obrigadas a recorrer à alimentação nociva dos leites em pó. Tudo isso acaba nos deslocando de nosso ambiente imediato.

Perda de raízes, porque as corporações precisam que haja pessoas fora dos limites naturais de seu ambiente e de sua casa: gente fora de seu lar, isto é, de seu território. Não importa se são expulsas ou simplesmente levadas ao extremo a ponto de irem embora para engrossar o exército de operários precarizados. Isso agrava as condições gerais de emprego, salário e justiça trabalhista em sua região. Agravam-se as condições da cidade ou do povoado para onde migram. Aumenta-se ao extremo a urbanização selvagem.

As novas gerações são produto da perda de raízes e do despojo. E são um elo frágil pronto a se quebrar. Os adultos e anciãos encarregados de transmitir todos os saberes e valores que sustentavam as culturas genuínas são atacados e desvalorizados. Os valores que são promovidos só podem ser alcançados através do consumo excessivo e separados dos centros de origem de nossa criatividade. As referências dos jovens carecem de história e perspectiva suficientes para a compreensão do espaço onde vivemos. Ou somos criminalizados em nossa tentativa de mudança ou empurrados para as filas da delinquência como forma concreta de escapar das restrições mencionadas. Esta complexa situação dos jovens é um ataque direto à continuidade de um povo, a seu direito de existir.

Expulsar as pessoas de seus territórios consegue que estes fiquem vazios; que as pessoas não estejam mais no lugar onde nasceram para que não haja vínculos, para que a história também se fragmente. Que o futuro “seja lá aonde for”, o ser operários em algum lugar, que não sejamos mais as pessoas que a partir de seu próprio centro cuidaram do mundo mediante tudo o que era a agricultura, a pecuária, a caça, a pesca, a coleta. O que querem é que nos retiremos dos lugares que, não por acaso, são os mais ricos em recursos e biodiversidade, justamente porque as comunidades cuidaram deles por milênios.

Deixar vazios os territórios permite a invasão dos mesmos com projetos de mineração, petróleo, agrocombustíveis, represas, estradas, casas, cidades, fábricas, enclaves turísticos, depósitos de lixo e resíduos tóxicos. Deixam-nos vazios, e nós não teremos mais nada a ver. De fora seremos só mais uns e não seremos quem irá reivindicar o lugar onde nasceu. Incomoda-os muitíssimo haver comunidades camponesas e comunidades indígenas que há milênios reivindicam seu próprio jeito de viver. Então, nos dividem, nos separam, nos arrancam do centro, de tudo o que sempre soubemos que é importante. Roubam-nos as maneiras de cuidar e mudam o sentido delas.

A última afronta, que se conclui a partir das anteriores é que, se as pessoas se veem impedidas de produzir seus alimentos, se as pessoas são forçadas à dependência, se as pessoas têm que ganhar dinheiro para comprar a comida, então as corporações poderão nos impor todo o enredo da vida:

alimentos, formas de relação, rearticulação do espaço, de moradia, de trânsito e circulação, e formas de sujeição e imposição inaceitáveis. Ninguém poderá ser livre se não controla, em alguma medida, a forma de produzir os alimentos e distribuí-los.

Esta visão é derivada daquela que compartilhamos desde o primeiro esboço de nossa denúncia geral, onde apresentamos cinco teses que, para nós, continuam sendo válidas.

A primeira é que na hora do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, TLCAN, o Estado mexicano aprofundou o desmantelamento jurídico de leis que promoviam direitos coletivos e protegiam âmbitos comuns, especialmente os territórios, dos povos indígenas e camponeses, suas terras, águas, montanhas e florestas. Agravou o desmantelamento de muitos programas, projetos e políticas públicas que apoiavam a atividade agrícola, em detrimento dos pequenos e médios agricultores mexicanos e em benefício da agricultura industrial norte-americana das corporações.

A segunda tese é que as corporações não descansarão até conseguir eliminar a produção independente de alimentos, a ponto de propor o despojo, a erosão e a criminalização de uma das estratégias mais antigas da humanidade, que é a guarda e o livre intercâmbio de sementes nativas ancestrais; promovem atentar contra os saberes inerentes da agricultura tradicional camponesa e agroecológica, e promover suas sementes de laboratório (híbridos, transgênicos e outras), mediante leis específicas que abrem espaço para as grandes corporações atingirem seus objetivos. Os dois exemplos mais contundentes são a *Lei de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados,* ou "Lei Monsanto" e a *Lei Federal de Produção, Certificação e Comércio de Sementes.*

Uma terceira tese é que parte desta devastação são os transgênicos para contaminar inevitavelmente as 62 raças e os milhares de variedades que existem no México. Os regimes de propriedade intelectual e os registros e certificações acabarão despojando as sementes nativas de sua diversidade. Isso atenta diretamente contra as fontes de subsistência.

A quarta tese é essencial para a reivindicação que apresentamos: atentar contra os sistemas de agricultura camponesa ancestral e suas variantes agroecológicas modernas, atentar contra bens comuns tão cruciais como as sementes nativas, devasta a vida no campo e debilita as comunidades, agrava a emigração e a urbanização selvagem, favorece a invasão dos territórios camponeses e indígenas para megaprojetos, mineração, privatização de água, monocultivos, desmatamento e apropriação de territórios em programas de mercantilização da natureza, como REDD e serviços ambientais, além de outros.

Uma quinta tese é que todo o sistema que está por trás deste desmantelamento jurídico, desta tentativa de erradicar a produção independente de alimentos e monopolizar a rentabilidade de um cultivo tão versátil — eliminando assim toda a gama de plantadores que não sejam corporações, de povos indígenas até agricultores de média ou pequena escala —; todo o sistema que está por trás dos aumentos desmedidos nos preços dos alimentos e da crise alimentar generalizada é responsável por grande parte da crise climática.

Segundo dados do GRAIN, o paradoxo é que as comunidades no mundo inteiro, com menos de 30% da terra, continuam produzindo mais de 60% da

comida que alimenta a humanidade. O sistema agroalimentar quer nos fazer acreditar que os 40% restantes são “a totalidade” e se vangloria de que alimenta o mundo com seu lixo. Ficar em suas mãos, engolindo a história de que eles nos alimentam, provocará devastações, maior fragmentação e uma submissão planetária inaceitável.

Ataques, políticas, resistência, relatos

Segundo Congresso Latino-Americano
de Saúde Socioambiental

A devastação: o NÃO rotundo e o SIM disposto a resistir

De 24 a 28 de junho teve lugar, em Rosário, o II Congresso Latino-Americano de Saúde Socioambiental, onde cerca de 500 participantes se reuniram para falar da realidade da América Latina, particularmente na Argentina. Grande parte das discussões girou em torno do modelo agrícola imposto na região, configurado pela combinação de sementes de soja transgênica, pulverizações aéreas ou terrestres de forma massiva, plantio direto e uma alta concentração da terra. Apresentamos parágrafos resumidos e os itens da declaração pública emitida pelo encontro, reconhecendo que, em nível mundial e regional, existem políticas, projetos, práticas médicas, modelos de produção e negócios que põem em perigo a saúde e a vida dos ecossistemas e, portanto, dos seres humanos.

É constante o avanço dos modelos extrativistas, depredadores das diversidades biológicas e culturais, sobretudo no Cone Sul, mas também no Hemisfério Norte. As crises se agravam. As crises financeiras do modelo econômico dificultam ao extremo o acesso aos alimentos para milhões de pessoas no planeta. A crise climática global, a contaminação de águas superficiais e de aquíferos de água doce provocada pelos modelos de produção impostos, a diminuição na qualidade dos alimentos (que, além disso, aumentam de preço), as cidades irrespiráveis pela quantidade de partículas em suspensão, o aparecimento de novas “epidemias” e o desenvolvimento e experimentação com novas vacinas e medicamentos, são alguns dos desafios cotidianos que enfrentamos.

As legislações penalizam as mobilizações e lutas sociais que favorecem a vida e a saúde dos ecossistemas. Militantes sociais são perseguidos e encarcerados por todo o território latino-americano. Crescem o etnocídio e o assassinato de camponeses, estudantes e trabalhadores que lutam por um mundo com alimentos e saúde para todas e todos.

Cresce o *fracking* [fraturação hidráulica], a energia nuclear; mais transgênicos são introduzidos, e se ameaça a integridade genética em um planeta cada dia mais intoxicado por químicos, e pouco ou nada se sabe sobre sua capacidade de provocar danos.

“Não só há um novo paradigma nascendo de nossas entranhas a partir da dor e das lutas cotidianas, mas também o estamos simbolizando em nosso compartilhar, em nossos diálogos, em nossas articulações, em nossos sonhos coletivos. Sabemos, com humildade e simplicidade, que somos a semente de uma nova sociedade que o planeta reclama com urgência. E sabemos também que nos esperam tempos obscuros e perigosos, mas aos quais saberemos adicionar luz e dignidade a partir do amor, da solidariedade, do compromisso e da luta. E que são milhões os que, de cada rincão do planeta, estão avançando na mesma direção”, diz a declaração. Eis aqui os compromissos:

* NÃO ao experimento global a que nos submetem com cultivos e alimentos transgênicos. Continuaremos lutando por uma América Latina e um planeta livres de Transgênicos, como única alternativa para garantir a biossegurança e a alimentação de nossos povos. As explicações científicas extremamente claras sobre a “má ciência” que os promove não deixam lugar a dúvidas sobre a ameaça que os OGM significam.

* NÃO às pulverizações massivas com agrotóxicos que nos adoecem, matam e contaminam nossas comunidades. Nossas lutas locais para conseguir legislações que nos protejam e limitem as pulverizações se enquadram em um compromisso por obter, também, uma América Latina e um mundo livres de agrotóxicos no âmbito de outro modelo de agricultura. Temos provas contundentes, e testemunhos de comunidades, pesquisadores e profissionais da saúde comprometidos com as mesmas, dos danos que este modelo produtivo gera em todos os territórios. Ratificamos o proclamado no Primeiro Congresso ao declarar os agrotóxicos “armas de destruição em massa”.

* NÃO à agricultura industrial e suas corporações, que depreda, contamina, nos expulsa de nossos territórios, leva à monopolização de terras e é, na realidade, a principal responsável pelos quase mais de um bilhão de famintos no mundo.

* NÃO à mineração contaminante, que pretende destruir nossos territórios extraindo matérias-primas para alimentar as grandes corporações, e que devasta nossas terras, contamina nossas águas e expulsa os que habitamos esses espaços, para convertê-los, em poucos anos, em depósitos de seus resíduos.

* NÃO às indústrias extrativas energéticas, que, com o *fracking,* pretendem continuar contaminando e alimentando o monstro do consumo, destruindo a biodiversidade e ameaçando com mais contaminação e movimentos telúricos. Compartilhar o caso dos impactos da Texaco na região amazônica equatoriana, com técnicas “convencionais”, nos põe em alerta e nos faz lamentar o recente erro da Suprema Corte de Justiça da Argentina, apoiado pelo poder político, que liberou o embargo que pesava sobre a Texaco neste país.

* NÃO ao avanço silencioso e mortal do asbesto/amianto em nossos territórios.

* NÃO à medicalização da sociedade e ao poder das corporações farmacêuticas (muitas delas são as mesmas corporações agrobiotecnológicas), que ameaça a saúde a partir da fragilidade daqueles que sofrem doenças, e que aumentam seus lucros produzindo novas doenças e morte.

* NÃO à mercantilização da vida e da natureza.

* NÃO ao poder corporativo, que corrompe e controla governos, ONGs e centros de estudos, colocando-os a serviço de seus interesses, esvaziando

seus discursos e cooptando suas práticas, muitas vezes, sob uma roupagem de “responsabilidade social empresarial”, expressão com a qual o filantrocapitalismo de rapina pretende passar por “verde”.

* NÃO à ciência sem consciência, a serviço dos interesses do poder econômico e/ou político-militar mundial.

* NÃO à criminalização de nossas lutas e à perseguição e assassinato de nossos dirigentes e militantes.

* NÃO ao capitalismo depredador que está ameaçando a humanidade e toda a vida sobre o planeta, nossa única casa, como nunca antes tinha acontecido na história da humanidade.

Foram muitos mais os SIM com os quais terminou o encontro de Rosário:

* SIM à compreensão da saúde como o exercício do direito de lutar por uma vida digna, fortalecendo as diversidades e desconstruindo as hegemonias, bem como pelo bem-estar individual, interesse coletivo e condições essenciais para viver livres. Entendemos que, na realidade, a liberdade substancial fica reduzida quando predomina a doença. Pensamos na saúde, como construção histórica, social, cultural, intrinsecamente vinculada à questão ambiental.

* SIM ao amor como declaração política, a partir de um âmbito científico, como fundamento de toda ação humana, de mãos dadas com uma nova ética para a vida.

* SIM à soberania alimentar como caminho para recuperar o controle de nossos sistemas alimentares e poder produzir alimentos saudáveis e diversos, em harmonia com os ecossistemas e com a possibilidade certa e concreta de que ninguém tenha que sofrer o flagelo da fome. O exemplo dos movimentos camponeses, dos agricultores familiares, dos horticultores urbanos, mobiliza e dá esperanças.

* SIM à articulação em múltiplas redes complementares, diversas e sistêmicas que fortaleçam um novo tecido social no qual os povos recuperem o poder sobre suas vidas e a política se ressignifique como caminho para construir o bem comum com base na autonomia e na autodeterminação dos povos.

* SIM às universidades públicas que trabalham ombro a ombro com aqueles que são sua razão de ser: os milhões de pessoas que sustentam, com seus dinheiros, o Estado. Exigimos casas de estudos que formem profissionais comprometidos com a busca e geração de um conhecimento a serviço das necessidades das pessoas e não das corporações ou dos interesses individuais. Repudiamos a intervenção sofrida pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Cuenca, Equador, e nos solidarizamos com seus docentes.

* SIM a uma ciência comprometida com a vida sob a construção de um novo paradigma não colonial que parta de um lugar diferente do imposto pela modernidade eurocêntrica e pelos interesses a que esta responde.

* SIM a um modelo energético que comece por questionar o atual consumo energético. Que sua distribuição em nossas sociedades se fundamente na utilização de energias renováveis descentralizadas.

* SIM às sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, livre de propriedade intelectual e de transgênicos.

* SIM ao nascimento de uma nova sociedade baseada na solidariedade, na cooperação, na complementaridade, na alegria e no amor.

O congresso encerrou convocando para um próximo, em 2015, também na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Rosário, Argentina.

Uma versão na íntegra pode ser encontrada em
http://www.saludsocioambiental.com.ar/index.php/fundamentosraiz/declaracion-final

Guatemala

Fome, monopolização de terras, desertificação

Helmer Velásquez. São cinco os grandes males que geram pobreza, fome e desnutrição no campo: alto preço dos alimentos, elevado custo de insumos produtivos, monopolização da terra, apropriação indevida da água, e os efeitos agravados da mudança climática. São fenômenos frente aos quais as organizações camponesas apresentam propostas de solução. Todas em vão. Intencionalmente, são entendidas como "ameaça socialista". Por seu lado, os administradores do Estado têm sido incapazes de tomar medidas efetivas, que assegurem o direito a uma alimentação sadia e suficiente.

Um dos problemas urgentes é a monopolização da terra, que reduz a disponibilidade para o cultivo de alimentos. Na Guatemala, o Índice de Gini, referente à concentração da posse e da propriedade da terra, é o segundo mais alto da América Latina e, de acordo com o último Censo Nacional Agropecuário, de 2003, é de 0,84, o que significa que 92,06 % dos pequenos produtores ocupam 21,86 % da superfície, enquanto 1,86 % dos produtores comerciais ocupam 56,59 %. Os números sobre monopolização são dados de 10 anos atrás, e hoje a concentração é maior.

O alto custo dos alimentos é um problema que em muitos casos se origina em processos especulativos que trazem enormes lucros a reduzidos grupos de comerciantes inescrupulosos. Os organismos de Estado se mostram impassíveis e inoperantes, o máximo que se chega é a falsas lamúrias da direção da *Atención al Consumidor*, entidade destinada a "tapar o sol com a peneira". A comida hoje é uma mercadoria a mais, sujeita a um mercado ávido por lucro.

As secas e inundações deixam populações inteiras sem alimento, e o avanço da desertificação continua apagando fronteiras produtivas. Territórios antes férteis agora são improdutivos. Apesar da gravidade, não existem ações de mitigação, nem de transformação. São problemas em sua maioria controláveis pelo ser humano, mas, da mesma forma que no Chifre da África, 3 milhões de guatemaltecos, homens e mulheres, sofrem de fome cotidiana. De que adianta então ser um país de natureza exuberante? A quem a exuberância beneficia? Ao povo, não.

http://farmlandgrab.org/post/view/22276#sthash.Fo5hFX7z.dpuf

A soja no Paraguai: novas agressões

Vários grupos de camponeses, cansados do descaso governamental, denunciaram na *Rádio Ñandutí* os abusos que sofrem nas mãos de produtores de soja, alguns deles brasileiros.

O programa de rádio *Made in Paraguay* foi o local de denúncia do desaparecimento de um parque nacional de 2 mil hectares, chamado Yacui. Também denunciaram que o parque Ñacunday está sendo invadido e depredado pelos produtores de soja, que avançam sobre as matas nativas.

A Suprema Corte de Justiça aprovou que as terras do Ñacunday fossem distribuídas a colonos de origem brasileira, durante o governo militar de Stroessner, e a partir dali começou a depredação dos 272 mil hectares. Um dos camponeses, Federico Ayala, disse à *Rádio Ñandutí* que dois parques nacionais, Ñacunday e Yacui, "foram invadidos e cercados pelo grupo Favero, depredando riquezas naturais como o grande salto do Ñacunday e as florestas nativas, arrasadas por tratores para plantar soja transgênica, afirmam moradores da região".

"A guerra midiática explora em sua agenda maquiavélica a imagem dos camponeses paraguaios pobres como os criminosos do ambiente, os espoliadores de árvores, e os destruidores de florestas para obter toras. A mentira é do tamanho das terras de Favero, o grande depredador do Paraguai, já que, desde a época de Stroessner, cercou ilegalmente terras públicas como sua propriedade privada, e inclusive se apoderou de parques nacionais, sem que o Estado paraguaio se altere, investigue e recupere. O grupo Favero acumula territórios nas regiões oriental e ocidental, alcançando, segundo números extraoficiais, mais de um milhão de hectares em mãos de um só proprietário, enquanto mais de 300 mil famílias não têm terras para cultivar no Paraguai", apontam os entrevistados.

As florestas desapareceram, as terras foram arrasadas pelos grandes tratores. Onde havia mata, hoje há soja. Outros testemunhos disseram que um único grupo empresarial dispõe de 171 mil hectares no Chaco.

Ver: http://farmlandgrab.org/post/view/22280#sthash.rBJZrIiq.dpuf

Tribunal Permanente dos Povos

A reserva ética da humanidade

Jorge Covarrubias. Processo, edição Jalisco, México, 6 de julho. Reunidos durante três dias no final de junho, o Tribunal Permanente dos Povos - Seção México escutou as reivindicações de 22 comunidades. Os representantes dos prejudicados denunciaram o sistema de agressão organizado por autoridades federais, estaduais e locais, bem como pelas corporações transnacionais. O ativista Andrés Barreda foi enfático em suas conclusões: "Estamos documentando isto no tribunal", disse. "Não estamos especulando; vamos reconstruindo os casos minuciosamente. Não estamos numa salinha fazendo especulação".

Os representantes dos povoados de Tonaya e El Petacal, em Jalisco, e Cheranastico, em Michoacán, não puderam viajar para a comunidade de San Isidro, em San Gabriel, para estar nas pré-audiências do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) - Seção México.

Segundo alguns dos presentes, seus companheiros não foram porque sobre eles pairam ameaças de grupos criminosos que atuam mancomunados com as autoridades municipais. Mas enviaram uma carta ao comitê de especialistas do TPP, integrado por analistas do México e de outros países.

Os de Tonaya, segundo o documento, são hostilizados por denunciar a contaminação do rio Ayuquila-Armería, provocada pelos resíduos produzidos pela mineradora Metalúrgica Tapalpa, enquanto a comunidade purépecha de Cheranastico enfrenta os desmatadores e os bandos do crime organizado que operam nesse ambiente.

Também não compareceu a organização FM4 Paso Libre, dedicada ao apoio aos sem-documentos que atravessam o território nacional até os Estados Unidos em busca de emprego, trepados nos vagões do trem.

Um jovem do movimento #YoSoy132 Ambiental leu o testemunho dos membros da comunidade de Tonaya, que asseguram que a mineradora começou a operar em 2006, com um contrato irrevogável de 20 anos, apesar de não cumprir com a política de conservação ambiental do Programa de Ordenamento Ecológico Ambiental do Estado de Jalisco. Esse lugar, explicam, tem uso predominantemente florestal, devido a sua flora e fauna.

Segundo eles, em julho de 2010 a população descobriu que a mineradora fazia descargas diretamente na microbacia do arroio Santa Gertrudis. Realizaram estudos químicos por conta própria nos laboratórios do Centro Universitário de Ciências Exatas e Engenharia da Universidade de Guadalajara para comprovar a toxicidade das descargas e apresentaram sua denúncia.

As autoridades desqualificaram os exames porque, alegaram, o laboratório não está certificado. A mina continua operando em condições ilegais.

Na pré-audiência denominada “Territorialidade, subsistência e vida digna”, convocada pelo TPP, a Rede em Defesa do Milho e a Assembleia Nacional de Afetados Ambientais apresentaram 22 casos. A de San Isidro é uma das muitas pré-audiências programadas de hoje até o primeiro semestre de 2014, sob sete eixos temáticos: guerra suja, soberania alimentar, devastação ambiental, ataque aos meios de comunicação, migração, exploração trabalhista e feminicídios.

O júri do TPP dará sua sentença em 14 de agosto desse ano.

Há seis anos, conta Barreda Marín, solicitou-se ao TPP, com sede em Roma, Itália, abrir a Seção México. A organização demorou três anos para considerar a proposta, porque desconhecia a situação de vulnerabilidade das comunidades nacionais em relação às de outros países. Em 2010, o tribunal designou como garantidores da Seção México o próprio Barreda, assim como Magdalena Gómez Rivera, o bispo de Saltillo, Raúl Vera López, Javier Sicilia, Jorge Fernández Souza, Clodomiro Siller Acuña e Gilberto López y Rivas.

A reunião de San Isidro. A mesa do comitê que dará o parecer, no encontro de San Isidro, foi integrada por Dora Lucy Arias, do Coletivo de Advogados Alvear Restrepo da Colômbia; Jean Robert, filólogo suíço e ativista social cola-

borador próximo de Iván Illich; a antropóloga Fernanda Vallejo, do Equador, assessora de povos indígenas na defesa das sementes, e o jesuíta Alfredo Zepeda, principal impulsor da Rádio Huayacocotla, *La Voz de los Campesinos* [A Voz dos Camponeses].

Na pequena praça local, uma tenda foi instalada e cadeiras de plástico foram arrumadas para o público; também foi montada uma feira com produtos orgânicos como café, mel, bolachas, feijão, milho e licores. Cada comunidade expôs seus testemunhos perante o comitê do TPP que dará o parecer.

Os membros do Comitê Salvemos Temacapulín, Acasico e Palmarejo falaram das pressões da Comissão Nacional da Água (Conagua), cujos funcionários insistem em levar adiante a construção da represa El Zapotillo, que inundará as três comunidades. O coletivo Jovens Unidos pelo Meio Ambiente de Palos Altos (Juxmapa) explicou como os jovens são levados a buscar emprego no setor industrial ou de serviços pela falta de apoio ao campo.

"O que eu vou fazer numa cidade que não foi feita pra mim?" — perguntou-se David Sánchez, convencido de que seu lugar é no campo.

A comunidade anfitriã relembrou as peripécias dos últimos 80 anos para recuperar 280 hectares que lhes pertencem por um decreto expedido pelo presidente da república Lázaro Cárdenas. Ainda não o conseguiram, disseram.

A zona em disputa é ocupada atualmente pela transnacional Amway, dedicada à elaboração de produtos Nutrilite. A advogada do ejido [terra de uso comunal], Carmen Figueroa, relata que em 25 de fevereiro último um tribunal auxiliar com sede em Guanajuato resolveu o recurso de defesa 1901/2009 a favor da comunidade e contra a sentença emitida anteriormente pelo Tribunal Superior Agrário. Agora, a empresa deve reintegrar o terreno onde está assentada.

Após a apresentação dos 22 casos, Barreda expôs sua conclusão, na qual acusa o Estado mexicano de empregar mecanismos para exterminar a população em benefício de "interesses privados". Falou inclusive de um "desvio de poder".

"Estamos documentando isso no tribunal — disse. Não estamos especulando; vamos reconstruindo os casos minuciosamente. O que aconteceu com esta comunidade; o que aconteceu com este grupo social. Vamos trabalhando com uma infinidade de vítimas em todos os âmbitos e níveis para que documentem a violência da qual foram objetos. Não estamos numa salinha fazendo especulação."

O Estado mexicano, acrescentou, deu provas de seu favoritismo em relação a uma classe burguesa que complicou as condições sociais para a grande maioria da população quando firmou o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, o que afetou a soberania alimentar. Hoje, declarou, o país importa 35% do feijão e dos ovos.

Para Barreda, a chave da injustiça social é produto de uma engenharia constitucional que garante um funcionamento desviado das leis. E colocou como exemplo a Lei de Mineração, segundo a qual o uso da água é prioritário para qualquer empresa mineradora, enquanto a Lei de Águas Nacionais estabelece como prioridade a indústria automobilística.

Sob essa lógica, registrou, o estado de Guanajuato, onde se encontram as principais fábricas de automóveis, tem o direito de usar a água do Vale do México, do planalto Purépecha de Michoacán e do Oriente de Jalisco. "Este é o

problema. Eles não estão violando a lei, pois as autoridades a adequaram para que as empresas procedam dessa forma".

Esse arcabouço distorcido das leis dispõe de uma Comissão Nacional dos Direitos Humanos que legitima o governo do México perante o mundo como "país democrático", sustenta Barreda.

Além disso, "o IFAI [o instituto de acesso à informação], outro dos órgãos constitucionais autônomos, é resultado dessa engenharia que proíbe o acesso à informação pública das coisas que importam nos próximos 50 anos; não obstante, serve para se exibir no mundo como país transparente, com acesso à informação. A pergunta é: quantos jornalistas já temos refugiados no estrangeiro?"

E insiste: "só uma engenharia constitucional como a do México permitiu três fraudes eleitorais consecutivas para impedir que a esquerda suba à Presidência da República, e que sejam criminalizados os protestos sociais de populações e indivíduos que exigem o respeito a seus direitos".

Para a colombiana Dora Lucy Arias, os problemas expostos são similares aos de seus compatriotas, entre eles o despojo, o uso do direito como instrumento de poder contra a população, a destruição progressiva das organizações sociais e o uso dos meios de comunicação para tornar invisíveis suas reivindicações.

O governo de seu país, mencionou, colocou em andamento um sistema de perseguição que abalou inclusive a sociedade mais distanciada dos assuntos políticos, conhecido como "os falsos positivos". Consistia em prender gente inocente nas ruas e apresentá-los como guerrilheiros. Em sua opinião, esse é o caminho que o México escolheu para resolver seus conflitos.

"É um exemplo do horror a que se pode chegar com o uso ilimitado da força a partir da institucionalidade, e, obviamente, em muitos outros casos, como o uso da inteligência para um exercício ilegal dela, como perseguir magistrados, jornalistas, opositores políticos, defensores de direitos humanos", explicou Arias.

O que é de grande valor, disse, é que o TPP é um fórum para divulgar as agressões às comunidades e os interesses econômicos que existem por trás delas, e agir para evitá-las. Na Colômbia, por exemplo, conseguiu expor as empresas transnacionais que fizeram entrar armas para entregá-las a forças paramilitares, assim como o financiamento para exterminar os sindicatos.

O tribunal é "uma reserva ética da humanidade" porque as instituições não respondem aos problemas que as populações enfrentam.

E concluiu: "A justiça e a busca da justiça é algo sério demais para ser deixado a cargo dos juízes, dos advogados e da institucionalidade. É dever dos povos enfrentar esses problemas, analisá-los e propor-lhes uma solução a partir de si mesmos e de suas reservas éticas e morais".

http://www.proceso.com.mx/?p=346760